

GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

I PLANO MUNICIPAL
DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

1ª Edição

Belém-PA

2024

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EDILSON MOURA DA SILVA
Vice-Prefeito

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CAISAN

Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - COPSAN

Titular: Merilene do Socorro Silva Costa
Suplência: Lêunia Valéria Barbosa Santos

Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA

Titular: Alda Selma Frota Monteiro
Suplência: Raphael Lennon Nascimento Sousa

Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE

Titular: Carlos Alberto Pereira Marques
Suplência: Matilde Costa Pinheiro

Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - FUNBOSQUE

Titular: Laurimar de Matos Farias
Suplência: Célio José Pereira da Costa

Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Titular: Pedro Ribeiro Anaisse
Suplência: Rita Vieira de Figueiredo

Secretaria Municipal de Educação - SEMEC

Titular: Araceli Maria Pereira Lemos
Suplência: Marinete de Nazaré dos Santos Velasco

Secretaria Municipal de Economia - SECON

Titular: Leone Azevedo Gama da Rocha
Suplência: João Batista de Melo Bastos

Fundo Municipal de solidariedade para geração de emprego e renda Ver-O-Sol - Fundo Ver-o-sol.

Titular: Georgina Tolosa Galvão
Suplência: Matheus André de Souza Pereira

Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA

Titular: Christiane Ferreira da Silva
Suplência: Rosa Helena Ribeiro Cruz

Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) - SEGEP

Titular: João Cláudio Tupinambá Arroyo
Suplência: Edilson Rodrigues

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEAN

Representantes da Sociedade Civil

Central Única dos Trabalhadores

Titular: Martino Afonso da Cruz Souza

Suplente: Vera dos Remédios Paoloni

Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI

Titular: Angela Maria Moraes Jokumitsu

Suplente: José de Vasconcelos Cunha

Comitê Arte pela Vida

Titular: Amélia Coelho Garcia

Suplente: Ruan Carlos Palheta dos Santos

Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA

Titular: Marilsa Daguer Ewerton

Suplente: Luana Picanço de Mendonças

Federação das Comunidades Quilombolas e Populares Tradicionais do Estado do Pará – FEQUIPA

Titular: Wlviany Mascarenhas dos Santos

Suplente: Inês Samia Barbosa Favacho

Nação Jovem Associação Artística Cultural e Esportiva – AACE

Titular: Auta Maria de Jesus Espírito Santo da Silva

Suplente: Cantuária Matires da Fonseca Costa

Centro de Capacitação Profissional – CENPRI

Titular: Antônia Merian Machado dos Santos

Suplente: Argemiro Branco Pedroso Neto

Comitê Pará da Ação e Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela vida – Ação Cidadania

Titular: José Maria Lopes Oeiras

Suplente: Edila Rose Barata de Lima

Organização Brasileira de Desenvolvimento Sócio Ambiental e Econômico – OBDESE

Titular: Clemilda Ribeiro Costa

Suplente: Rayan Gabriel Jorge Lima Alves

Associação dos Microprodutores Hortifruti e Psicultura do Distrito de Outeiro – AMP

Titular: Graciete Nascimento Souza

Suplente: Edila Rose Barata de Lima

Associação de Mulheres Guerreiras do Bairro do Tenoné – AMGBT

Titular: Aline dos Reis Granjeiro

Suplente: Nilza Machado Bezerra

Centro Comunitário dos Moradores do Xingú – CCMCXI

Titular: Hellen Glaucia C.B. Barros

Suplente: Francisco Antonio Rolim

Associação dos Moradores do Conjunto Catalina - ASMOC

Titular: Renata Dias Ladeira da Costa

Suplente: Sandra do Carmo Rocha Garcia

Comunidade Evangélica Torrente do Norte – CETN

Titular: Eliz Maria Gonçalves de Souza

Suplente: Danielle Costa Soeiro

Associação Afro Religiosa e Cultural Fundere Oya Jokolosy – ARFUOJY

Titular: Maria da Consolação Silva

Suplente: Silvina Macedo dos Santos

Entidade Pastoral da Criança – Arq. De Belém

Titular: Rosinelson da Silva Pena

Suplente: Valquiria do Socorro Rodrigues de Freitas

Conselho Regional de Nutricionistas 7ª Região – CRN 7

Titular: Carmen Lucia de Oliveira Brandão

Suplente: Christiane de Oliveira Diniz

Universidade Estadual do Pará – UEPA

Titular: Diego Aires da Silva

Suplente: Luciane do Socorro Nunes dos Santos

Universidade Federal Rural do Pará - UFRA

Titular: Natalia Guarino Souza Barbosa

Suplente: Jamile Andréa Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Pará – UFPA

Titular: Ivanira Amaral Dias

Suplente: Andrea das Graças Ferreira Frazão

Representantes Governamentais

Coordenadoria de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – COPSAN

Titular: Merilene do Socorro Silva Costa

Suplente: Lêunia Valéria Barbosa Santos

Fundação Papa João Paulo XXIII – FUNPAPA

Titular: Getúlio Waldisney Barbosa Trindade

Suplente: Raphael Lennon Nascimento Sousa

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

Titular: Rosa Helena Ribeiro Cruz

Suplente: Ieda Maria Barbosa de Lima Cunha

Secretaria Municipal de Saúde – SESMA

Titular: José Raimundo Arias

Suplente: Rita Vieira de Figueiredo

Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Titular: Erica Moreira Ferreira

Suplente: Marinete de Nazaré dos Santos Velasco

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEGEP

Titular: Smile de Sousa Golobovane

Suplente: Alberto Melo Lima

Fundação Municipal de Apoio ao Estudante – FMAE

Titular: Matilde Costa Pinheiro

Suplente: Noel Bastos Gonzaga

Fundo Municipal de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda – Ver-o-Sol

Titular: Georgina Tolosa Galvão

Suplente: Matheus André de Souza Pereira

Secretaria Municipal de Economia - SECON

Titular: Carlos Alberto Pereira Marques

Suplente: Kátia Milena Gomes Noronha

Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque – FUNBOSQUE

Titular: Clélio José Pereira da Costa

Suplente: Francisca Nescylene Fontenele

GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PMSAN

Ana Cláudia Pereira Bahia

Alan Kardec da Silveira Abreu

Antonia Miriam Machado dos Santos

Carlos Alberto Pereira Marques

Carmem Lúcia de Oliveira Brandão

Clenilda Ribeiro Costa

Clyvia Wanessa Góes Santos

Christiane de Oliveira Diniz

Diego Aires da Silva

Dinelma de Jesus Martins

Gracieth Nascimento Souza

Izabella Syane Oliveira Pereira

José Maria Lopes Oeiras

Lucival de Souza Pereira

Marinete de Nazaré dos Santos Velasco

Matilde Costa Pinheiro

Merilene do Socorro Silva Costa

Nelma da Costa Brito

Raphael Lennon Nascimento

Rita Vieira de Figueiredo

Rosa Helena Ribeiro Cruz

©CAISAN BELÉM.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total da obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Elaboração, distribuição e informações:

CAISAN BELÉM

Localização: Tv. 14 de Abril, 1127, São Brás

Supervisão Geral

Merilene do Socorro Silva Costa

Supervisão Técnica

Ana Cláudia Pereira Bahia

Alan Kardec da Silveira Abreu

Antonia Miriam Machado dos Santos

Carlos Alberto Pereira Marques

Carmem Lúcia de Oliveira Brandão

Clenilda Ribeiro Costa

Clyvia Wanessa Góes Santos

Christiane de Oliveira Diniz

Diego Aires da Silva

Dinelma de Jesus Martins

Gracieth Nascimento Souza

Izabella Syane Oliveira Pereira

José Maria Lopes Oeiras

Lucival de Souza Pereira

Marinete de Nazaré dos Santos Velasco

Matilde Costa Pinheiro

Merilene do Socorro Silva Costa

Nelma da Costa Brito

Raphael Lennon Nascimento

Rita Vieira de Figueiredo

Rosa Helena Ribeiro Cruz

Editorial, Capa e Revisão de Texto

Rita Vieira de Figueiredo

Ficha Catalográfica

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém. 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém. 49 f. 2024.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. NOTAS METODOLÓGICAS.....	8
3. Contextualização histórica e sócioeconômica do município de Belém	9
3.1 DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE BELÉM.....	9
3.2 DIAGNÓSTICO DE SAN: BRASIL, PARÁ, BELÉM.....	11
4. AÇÕES DE SAN DESENVOLVIDAS EM BELÉM	16
4.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL	16
4.1.1 Programa Bora Belém	19
4.1.2 Núcleo de Alimentação e Nutrição Socioassistencial (NUANS)	20
4.1.3 Núcleo de inclusão socioproductiva (NISP).....	21
4.1.4 Programa de Aquisição de alimentos – PAA.....	21
4.1.5 Assistência a População em Situação de Rua e/ou Vulnerabilidade Social	22
4.1.6 Casa de Passagem LGBTQIA+.....	23
4.1.7 Migrantes e refugiados	23
4.2 EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	25
4.3 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	27
4.4 SAÚDE.....	29
4.5 TRABALHO E RENDA.....	31
5. OBJETIVO GERAL	32
5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	32
6. DIRETRIZES, METAS, AÇÕES E DESAFIOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
Referências Bibliográficas	48
ANEXO	51

LISTA DE SIGLAS

ADRA: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
CAISAN: Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CECANE: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
COMSEAN: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPSAN: Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS: Centros de Referência de Assistência Social
CRN7: Conselho Regional de Nutricionistas-7º Região
DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FMAE: Fundação Municipal de Assistência ao Estudante
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNBOSQUE: Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira
FUNPAPA: Fundação Papa João XXIII
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IA: Insegurança alimentar
InSAN: Insegurança alimentar e nutricional
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA: Lei Orçamentária Anual
ONGs: Organizações Não Governamentais
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PBF: Programa Bolsa Família
PMSAN: Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE: Política Nacional de Alimentação Escolar
POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA: Plano Plurianual
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional
SECON: Secretaria Municipal de Economia
SEDUC: Secretaria de Educação do Estado do Pará
SEGEP: Secretaria de Planejamento e Gestão
SEMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMEC: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SESMA: Secretaria Municipal de Saúde
SESPA: Secretaria de Saúde do Estado do Pará
SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
UEPA: Universidade do Estado do Pará
UFPA: Universidade Federal do Pará
UNICEF: United Nations Children's Fund

APRESENTAÇÃO

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PMSAN) para o quadriênio 2024-2027 foi um compromisso assumido pelo Governo Municipal, que, por meio da Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (COPSAN) em parceria com os demais órgãos e entidades governamentais e não governamentais, estruturou esta linha de frente no combate a fome e desnutrição em Belém.

Este documento representa também uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas a execução das ações voltadas para a área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a serem desenvolvidas no município. Estas ações devem proporcionar não apenas a melhoria das condições de acesso a alimentação adequada em quantidade e qualidade suficientes, que são urgentes e inadiáveis, mas também devem cumprir metas que alcancem todas as dimensões propostas no conceito de SAN.

O I PMSAN ainda institui que o cumprimento das diretrizes estabelecidas deverá ser monitorado e sua eficácia avaliada, para garantir que as estratégias públicas tenham sido atingidas, ou seja, um processo dinâmico e participativo, com revisão permanente dos objetivos, prioridades, e ações que contribuam para assegurar o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar, conforme previsto e regulamentado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

Em suma, destaca-se a participação de vários segmentos da administração pública municipal, como a Fundação Papa João XXIII, Fundação Municipal de Assistência ao Estudante, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Economia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento e Gestão, Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-O-Sol; como também da sociedade civil organizada e outras instituições não governamentais, sejam elas o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Belém, Conselho Regional de Nutricionistas - 7ª Região, Universidade do Estado do Pará, Ação da Cidadania contra Fome e Miséria pela Vida, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal Rural da Amazônia.

O I PMSAN representa o compromisso de todos em efetivar ações e estratégias que busquem a redução da insegurança alimentar no município de Belém, bem como a garantia do direito humano a alimentação adequada, com ofertas de alimentos em quantidade e qualidade para os cidadãos belenenses, sem prejuízo aos demais direitos sociais.

1. INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, instituiu o conceito de SAN como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Desta forma, quando a SAN não é garantida em todas estas dimensões, ocorre a insegurança alimentar (BRASIL, 2006).

O I PMSAN de Belém foi construído em uma conjuntura de retomada das políticas de SAN no âmbito nacional, com a recomposição imediata do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o qual fora extinto em 2019. Consequentemente a isso, houve a reestruturação dos debates sobre a problemática da fome e a viabilização do pacto federativo contido no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A extinção do CONSEA ocasionou os desmontes das políticas de SAN já existentes, e também inviabilizou a realização das Conferências municipais, estaduais e a nacional, onde se projetariam ações futuras (RODRIGUES et al., 2024).

Assim, em dezembro de 2023, tem-se a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar com o lema “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”, reunindo as principais diretrizes para o quadriênio 2024-2027, responsáveis por orientar o I PMSAN Belém.

Ressalta-se que no âmbito municipal, algumas ações também foram fundamentais para elaboração deste documento. Em uma primeira etapa, a inédita legitimação do Conselho Municipal de SAN de Belém (COMSEAN), sancionada na lei municipal nº 9.789, 8 de agosto de 2022, configurando o marco legal dos procedimentos obrigatórios estabelecidos pela LOSAN nº 2006 e institucionalizando o SISAN municipal e seus componentes.

Na sequência, a realização da IV Conferência Municipal de SAN, que estabeleceu como base dialógica três eixos temáticos: 1) Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e SAN; 2) Sistemas municipais, estadual e nacional de SAN e políticas públicas garantidoras do DHAA; e 3) Democracia e Participação Popular. Este evento viabilizou o levantamento das demandas locais subsidiando a construção das diretrizes, metas e ações deste PMSAN, adaptados à realidade local, com a intensa participação da sociedade civil organizada. Estas movimentações foram possíveis a partir da reativação da COPSAN como entidade centralizadora e norteadora de todas as políticas de promoção de SAN de Belém.

É de fundamental importância destacar que o I PMSAN surge em um contexto paralelo ao da Conferência of the Parties for 2030 (COP 30), e que terá Belém como sede. Isto representa uma oportunidade única de expor internacionalmente a realidade da Amazônia e suas dinâmicas socioambientais. Com isso, as ações propostas neste PMSAN consideram os desafios decorridos com as mudanças climáticas, com reflexos na redução da produção das culturas, da pecuária, da pesca e aquicultura, da crise hídrica com o difícil acesso a água em quantidade e qualidade, a incidência de pragas e doenças que tem levado a perda da qualidade nutricional dos alimentos. Esse quadro de crise ambiental e climática, em estado acelerado, atinge gravemente a região afetando diretamente os povos amazônicos, a produção de alimentos, impactando diretamente a situação de SAN local. O I PMSAN propõe estratégias para mitigar a variabilidade climática e garantir que se efetivem as políticas de SAN na maior cidade da Amazônia (Atarxo, 2022; Campos e Lenner, 2023).

Assim, o principal objetivo deste I PMSAN é a erradicação máxima da Insegurança Alimentar, consolidando as políticas de combate a fome em Belém. Para isso, as metas e ações foram propostas e foram construídas no sentido de: prover o acesso universal a alimentos saudáveis, para melhorar o perfil nutricional da população; estimular a produção local de alimentos, no sentido de se obter uma economia sustentável; ofertar a educação alimentar e nutricional, emancipando a sociedade na luta por seus direitos e da democracia alimentar; além de ampliar e fortalecer ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção a saúde e proteção social da assistência social.

São propostas norteadoras capazes de promover o direito humano a alimentação adequada. No entanto, só terão força de execução com uma intersetorialidade efetiva e eficaz, para que sejam também eficazes os métodos de monitoramento das ações, programas e dos projetos de SAN estabelecidos. Por isso, é extremamente importante e urgente o esforço coletivo.

Em seu escopo, o I PMSAN tem como centralidade a garantia de políticas de SAN com propostas de ações de combate a fome que vão desde as implementações de programas de disseminação e fortalecimento de tecnologias sociais ao fomento e fortalecimento da agricultura urbana e das ilhas com base na agroecologia e na implementação de políticas de transferência de renda e de ações emergenciais de combate a fome as populações mais vulneráveis.

Estes objetivos corroboram com as metas propostas ODS, alcançam diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e as dimensões do conceito de SAN proposto na LOSAN. Eles foram a base para organização dos EIXOS deste documento, abrangendo todas as estruturas da alimentação e nutrição específicas o contexto de Belém. Com isso, o PMSAN foi construído não apenas para prover o acesso aos alimentos em

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

CAISAN
Câmara Intersetorial
de Segurança Alimentar
e Nutricional

quantidade e qualidade, mas garantir outros aspectos fundamentais que interferem diretamente no sistema alimentar de uma população tais como: o modelo de produção, políticas de distribuição, saúde ecológica, e fundamentalmente o respeito a diversidade cultural das comunidades tradicionais.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

A elaboração do I PMSAN foi uma construção coletiva e em etapas a partir do compromisso da Prefeitura Municipal de Belém com o ato da adesão ao SISAN, de acordo com a legislação municipal.

O primeiro passo foi a formação do Grupo de trabalho (GT) composto por membros da CAISAN, representantes da sociedade civil do COMSEAN, instituições e entidades que participaram da Conferência Municipal de SAN, representação da CAISAN Estadual, do Conselho Estadual de SAN e Ministério Público do Estado. A primeira reunião presencial foi realizada para a apresentação dos membros do GT e definição da metodologia a ser utilizada na elaboração do PMSAN.

Para a execução das etapas foram constituídas duas Comissões de Trabalho: a Comissão de levantamento de dados e informações em todas as Secretarias da gestão Municipal e a comissão de elaboração da edição e produção documental. Segue abaixo as etapas sequenciais:

- 1) Realização de oficina com objetivo de nivelar as informações e aprofundamento sobre as legislações e normas sobre as políticas de SAN;
- 2) Coleta de experiências dos planos municipais de SAN de outros municípios;
- 3) Elaboração e aplicação do formulário (ANEXO) para coleta de informações sobre ações ou programas de SAN nos órgãos municipais que compõem a CAISAN;
- 4) Reunião com a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEGEP para verificação de dotação orçamentária no planejamento e orçamento no PPA (2022-2025) para políticas de SAN;
- 5) Coleta de dados oficiais sobre a situação de SAN no município de Belém;
- 6) Revisão sobre as deliberações da última Conferência Municipal de SAN de Belém para subsidiar as metas e ações do PMSAN;
- 7) Realização de oficina com objetivo de pactuar as metas e ações;
- 8) Reunião dos membros do GT para debater e aprovar a estrutura do PMSAN.
- 9) Em função de novas orientações e aprovações de decretos no âmbito federal que ocorreram após a Conferência Municipal, foi realizada uma audiência pública para apresentar a privia do I PMSAN, com as diretrizes e suas respectivas ações e metas, bem como reforçar a participação popular na construção do plano. Após o evento, novas sugestões da sociedade civil foram acatadas, e com isso, o plano foi revisado e editado para aprovação da CAISAN Belim. E em seguida, a entrega da primeira versão oficial.

3. Contextualização histórica e sócioeconômica do município de Belém

3.1 DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE BELÉM

A cidade de Belém tem origem no século XVII na região indígena de Mairi, localizada a 160 km da linha do Equador (NEVES, 2022). O nome Belém foi dado em função das expedições do capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, devido sua chegada no mesmo dia comemorativo do Natal em 25 de dezembro de 1615 (SIMÕES, 2020). Na linguagem hebraica, Belém (Beit Lechem) significa “casa de pão” e faz referência a Maria, mãe de Jesus (BROWN et al, 1906).

Foi construída em condições desafiadoras da floresta amazônica, sob terrenos alagados, igarapés e vegetação densa (SIMÕES, 2020). Um marco significativo na história do município foi a obra do Dique de Belém entre as décadas de 1940 a 1970, reconfigurando o espaço urbano e orientando o arranjo de atividades produtivas e moradias nas décadas seguintes. Sua trajetória está intrinsecamente ligada a ocupação da orla fluvial e ao desenvolvimento urbano na Região Amazônica (CHAVES, 2016).

Belém do Pará é uma cidade com múltiplas temporalidades, sendo um ponto de referência cultural, econômico e histórico na Amazônia brasileira. Faz parte de uma península cercada por rios, bahias e furos: ao sul, o rio Guamá e o município de Acará; a oeste, a baía do Guajará, do Marajó e furo Maguari; e ao leste, o rio da comunidade Aurá (Anananindeua). Possui uma área de 1.059 Km² dividida em área **urbana** (250 Km²) e área **rural** (258 Km²), ainda que esta última seja oficialmente considerada como área **periurbana**. Seu espaço geográfico também costuma ser distribuído em área **continental** ou **insular**, compreendendo cerca de 250,20 Km² e 258 Km² de extensão, respectivamente. É composta por 72 bairros definidos em lei, organizados em 8 distritos administrativos: DABEL, DABEN, DAENT, DAGUA, DAICO, DAOUT, DASAC, DAMOS. Em relação a área insular, consta um total de 39 ilhas, sendo 12 localizada no DAMOS e 27 no DAOUT (BELÉM, 2020 - ANUÁRIO).

De acordo com o último Censo Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital possui cerca de 1.303.389 habitantes, em sua maioria residentes na área urbana, e apenas 11.924 na área rural. O levantamento histórico do IBGE demonstra uma transição demográfica, com redução significativa da população rural e o crescimento do povoamento urbano. Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ser considerado alto (0,746), o salário médio mensal per capita é de R\$ 3.500,00 e o domiciliar de R\$ 800,00, com concentração de renda principalmente nos bairros centrais de Nazaré, Marco e Umarizal (Figura 1). Atualmente, a Cesta Básica em Belém custa R\$ 690,00, valor 10 vezes maior em comparação as últimas três décadas. De 2019 a 2024, a Cesta Básica em Belém sofreu aumento de 73,37% enquanto que, neste mesmo período, o Salário Médio subiu apenas 4% (BELÉM EM NÚMEROS, 2024).

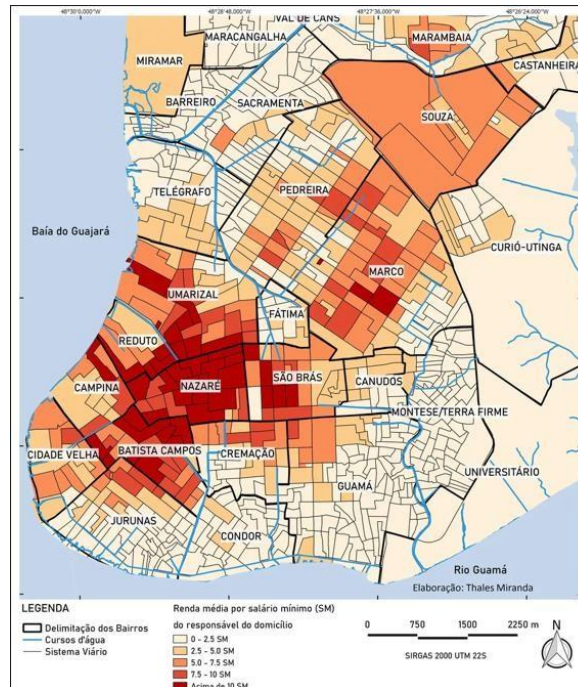


Figura 1. Mapa de Renda média por Salário Mínimo nos bairros de Belém. Fonte: Miranda, 2018.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de 33,4 bilhões, representando 12,7% do total estadual. Este PIB foi influenciado pelo ganho expressivo em valor adicionado dos municípios que possuem a indústria como fonte principal de arrecadação. O setor de serviços é o predominante, com contribuição de 86,6% provenientes da administração pública, atividades imobiliárias, comércio e intermediação financeira (FAPESPA, 2023).

No entanto, um estudo realizado em 2022 em parceria com o Instituto Escolhas revelou um importante potencial da agricultura Urbana e Periurbana de Belém, que poderia contribuir nas macro e micro dimensões dos desafios de SAN no município. De acordo com os dados levantados, a produção local tem capacidade de abastecer 1,5 milhões de pessoas com legumes e verduras, além de gerar mais de 3 mil empregos. São números importantes considerando que 80% dos alimentos comercializados no CEASA do Pará vem de outros Estados (ESCOLHAS, 2022).

É importante destacar questões relacionadas ao açaí, enquanto uma das mais importantes práticas da cultura alimentar de Belém. Na capital, a bebida tem um consumo milenar, sendo o maior pólo consumidor per capita do mundo. Porém, este componente fundamental e básico do sistema alimentar municipal, tem sofrido reajustes de preço exponenciais ao longo das últimas décadas. O que compromete cada vez mais o acesso em quantidade e qualidade, principalmente pela população de baixa renda. Acarretando em uma contradição, já que o estado do Pará o maior produtor mundial do fruto (FIGUEIREDO, 2019).

De acordo com a pesquisa do Instituto Escolhas, a produção de açaí, só em Belém, pode suprir mais de 950 mil pessoas com a bebida por ano.

A cidade de Belém possui uma rica história e características socioeconômicas intrigantes. É conhecida por seu patrimônio cultural, seja na preservação de prédios históricos de arquitetura colonial, ou na manutenção de práticas e saberes tradicionais de uma população miscigenada com influências indígenas, africanas, europeias e asiáticas. O território está inserido no meio da floresta amazônica, tornando-a estratégica para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Apesar de seus encantos culturais e naturais, enfrenta desafios sociais, como desigualdade de renda, escassez de infraestrutura.

3.2 DIAGNÓSTICO DE SAN: BRASIL, PARÁ, BELÉM

No Brasil, a SAN passou por fases distintas nos últimos 20 anos, apresentando uma dinâmica diretamente relacionada aos investimentos de políticas públicas voltadas para este objetivo. Se de 2003 a 2014 houveram avanços estatisticamente comprovados, principalmente em função do Programa Fome Zero, culminando com a saída do país do Mapa da Fome, pode-se dizer que de 2014 a 2022 há o caminho reverso, com o retorno da Insegurança Alimentar e Nutricional (CHACON, 2024). Uma das causas fundamentais foi a extinção do CONSEA nacional, o braço de assessoramento do Presidente da República que desenvolve e estrutura as ações governamentais, medidas e diretrizes de SAN em todo o país. Ainda que os Conselhos estaduais e municipais tivessem sobrevivido por leis locais, os desmontes foram inevitáveis. Com a Pandemia da Covid-19, a situação se agravou exponencialmente, considerando a desconstrução do principal programa nacional de abastecimento de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O retorno dos esforços políticos e de agenda pública para a promoção de SAN foi crucial para a melhoria deste diagnóstico no Brasil (RODRIGUES et al, 2024). Isto foi comprovado com os dados mais recentes divulgados pelo IBGE, os quais demonstram o crescimento da SAN no Brasil, entre os anos de 2018 e 2023 (Figura 2).

Cabe ressaltar, que os censos nacionais utilizam a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) como metodologia padrão para mensurar a SAN e INSAN das populações. Esse instrumento classifica os domicílios em: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Os domicílios com insegurança alimentar leve são aqueles nos quais há alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível. Nos domicílios com insegurança alimentar moderada, há restrição quantitativa de alimento.

Por fim, nos domicílios com insegurança alimentar grave, além da população adulta, crianças também passam pela privação de alimentos, podendo chegar a sua expressão mais severa, que é a fome propriamente dita (SEGAL - CORREA, 2007).

No Pará, o comportamento estatístico no diagnóstico de SAN foi semelhante ao nacional. A pesquisa da Rede PENSSAN divulgou que entre os anos de 2021 a 2022, 78,2% dos domicílios paraenses estavam em IA, sendo 22,4% em IA moderada e 30% em IA grave e apenas 21,8% em SA (Rede PENSSAN, 2022). Em comparação ao estudo divulgado pelo IBGE em 2024, os dados mostram que o Estado superou consideravelmente a IA, com percentual três vezes menor de IA grave (9,5%) e duas vezes maior em SA (52,3%). No entanto, em relação aos outros estados do país, o Pará possui o maior número de domicílios em situação de fome, no qual uma a cada cinco famílias estão sem acesso diário a alimentação (Figura 3).

Em Belém, duas pesquisas foram realizadas no intuito de verificar a situação de SAN local. O estudo realizado entre maio e julho de 2022, avaliou a InSAN em 661 usuárias dos 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e identificou que do total de mulheres que participaram desta pesquisa, 95,8% foram classificadas com InSAN; destas, 23,8% em InSAN leve; 31,9% em InSAN moderada e 40,1% em InSAN grave (Pereira, 2023). Paralelamente, a pesquisa online “Mapeamento da Fome” demonstrou 86,8 de domicílios na capital em algum nível de InSAN (leve, moderada, ou grave), sendo que do total de entrevistados, 36,6% estavam em situação de Insegurança Alimentar Grave. A Figura 4 mostra o mapa com a distribuição dos níveis de SAN InSAN nos bairros do município. Percebe-se a coerência das concentrações dos níveis de SAN e InSAN grave, no comparativo com a figura 1, sobre a concentração de renda por bairros.

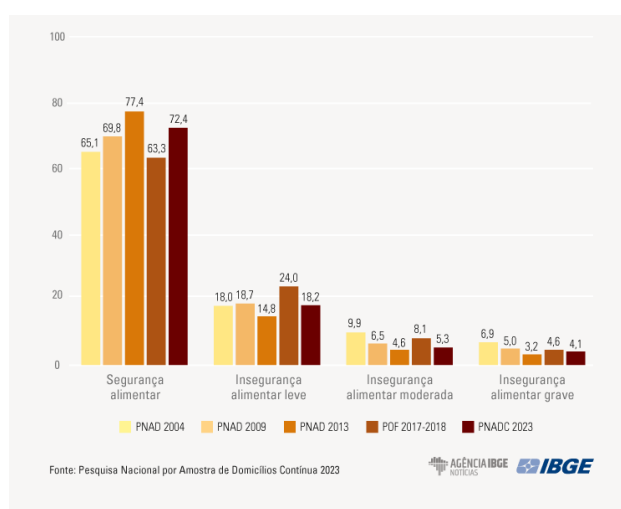


Figura 2. Comparativo dos níveis de Insegurança alimentar em cinco CENSOS nacionais. Fonte: IBGE, 2024.

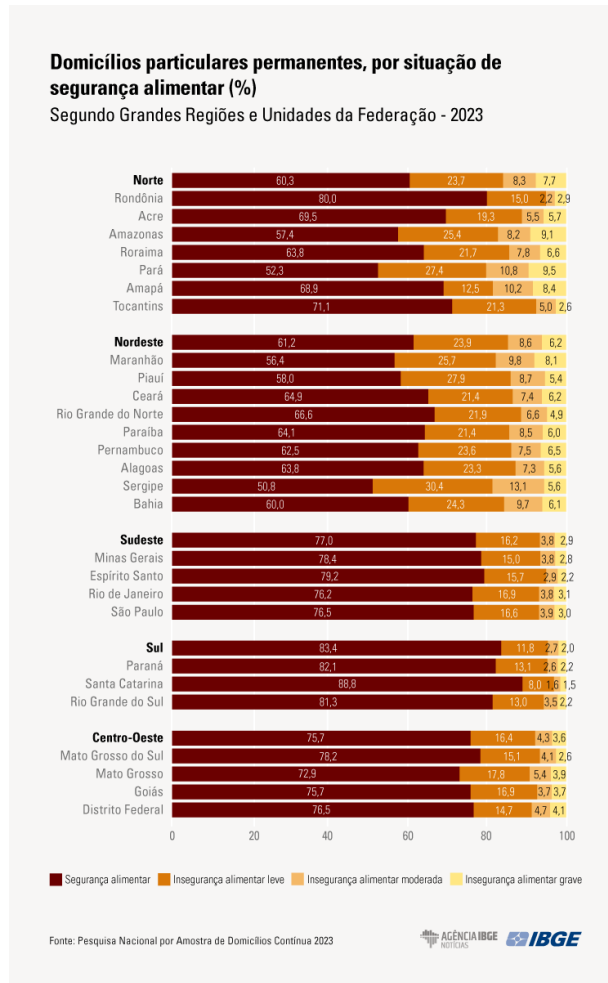


Figura 3. Distribuição dos níveis de Insegurança Alimentar por Unidade Federativa. Fonte: IBGE, 2024.

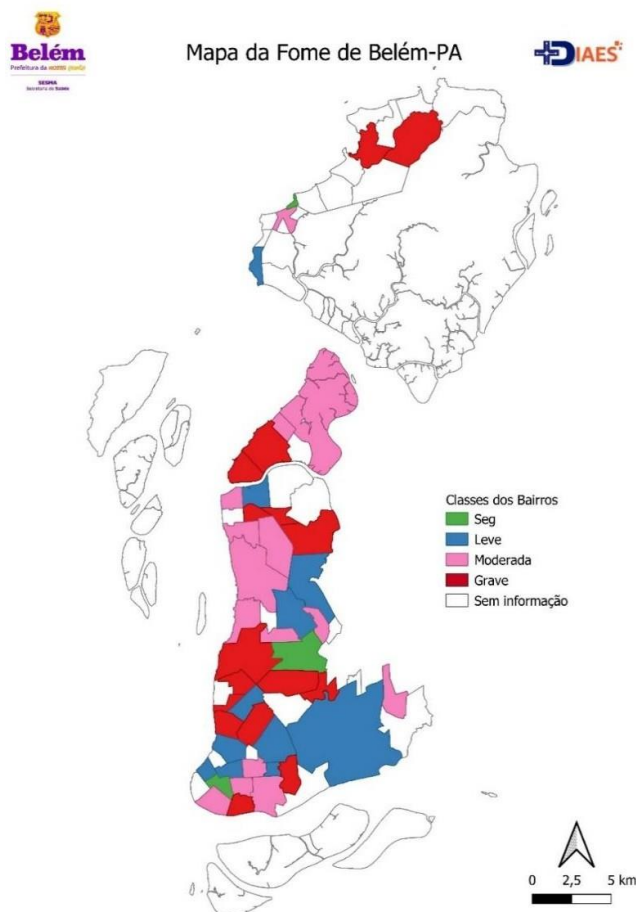


Figura 4. Mapa de distribuição dos níveis de InSAN por bairros do município de Belém. Fonte: NUPS/RT Nutrição/SESMA, 2022.

Alguns estudos demonstram que o perfil de consumo alimentar de uma determinada população pode ser fortemente influenciado por aspectos sócio-econômicos (Franco et al., 2019; Serpa, 2021). Dessa forma, pessoas em situação de baixa renda, tendem a consumir alimentos mais calóricos e menos nutritivos, por apresentarem baixo preço, maior palatabilidade e fácil acesso (Serpa, 2021). Este padrão alimentar tem sido associado a maior incidência de pessoas em excesso de peso, obesidade e outras doenças crônicas, caracterizando a transição alimentar e nutricional em todo o país (BRASIL, 2020). Além disso, há a prevalência de carências nutricionais devido a baixa ingestão de micronutrientes provenientes de alimentos naturais atingindo fortemente crianças em seus primeiros anos de vida, principalmente na Região Norte (ENANI, 2019).

Em Belém, segundo os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), de 2023, observou-se excesso de peso em 17,67% das crianças de 0 a 2 anos; 12,91% das crianças de 2 a 5 anos; 29,30% das crianças de 5 a 10 anos; 31,75% dos adolescentes; 68,59% dos adultos e 51,83% dos idosos encontram-se com excesso de peso (SISVAN, 2023).

Neste mesmo ano, o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) apresentou que na capital paraense há um baixo percentual - 18,1% da amostra total - de consumo de frutas e hortaliças entre os adultos (≥ 18 anos) em comparação às demais capitais brasileiras. Na análise do consumo de cinco ou mais grupos de alimentos não processados ou minimamente processados, o município obteve menor percentual entre as capitais, alcançando 23,3%. Por outro lado, Belém ocupa posição intermediária em comparação com as outras capitais no consumo de alimentos ultraprocessados, correspondendo a 18,3% (VIGITEL, 2023) .

Este panorama revela a gravidade da InSAN em Belém, bem como a urgência de intervenções políticas e estratégias intersetoriais que possam alcançar as múltiplas dimensões de SAN, garantindo este direito à população.

4. AÇÕES DE SAN DESENVOLVIDAS EM BELÉM

As informações sobre os programas, projetos e ações de SAN desenvolvidos pela gestão pública em Belém, no período de 2021 a 2024, foram coletadas a partir dos formulários enviados às Secretarias Municipais, e seus respectivos gestores e equipe técnica.

Por se tratar do primeiro documento a ser constituído como componente do também primeiro SISAN municipal, após a adesão oficial, desde a publicação da LOSAN em 2006, não havia compromisso de agenda pública para as ações de SAN, tampouco uma estrutura sistematizada para a organização e acesso das informações por cada setor. O que ocasionou limitações no levantamento destas informações e de comunicação entre os órgãos.

No período indicado acima, as políticas envolvidas na Promoção de SAN relacionadas ao poder executivo municipal se concentraram nos seguintes órgãos: Fundação Papa João XXXIII (FUNPAPA), Secretaria de Saúde (SESMA), Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), Secretaria de Economia (SECOM), Secretaria de Educação (SEMEC), Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda, Companhia de Desenvolvimento do Município de Belém, e Coordenação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (COPSAN).

Com a formação oficial da CAISAN e com a construção do 1º PLAMSAN, estas políticas ganharão espaço na agenda pública, além de uma importante ampliação da intersectorialidade. Seguem abaixo as principais ações desenvolvidas atualmente, por cada setor da gestão municipal.

4.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A atuação da FUNPAPA está organizada em 03 eixos de ações que trabalham de forma integrada. São eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O acesso dos usuários se dá por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) distribuídos em 12 bairros de Belém e nos distritos de Icoaraci e Mosqueiro; do Centro de Convivência de Idosos- Zoi Gueiros e da Central do Cadastro Único (CCU). A Proteção Social Especial de Média Complexidade atende famílias e pessoas em situação de risco, cujo vínculo familiar e comunitário não foi rompido. Conta com 05 (cinco) Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS); 02 (dois) Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), 01 (um) Centro Dia de Referência para pessoas com deficiência; e ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A Proteção Social Especial de Alta Complexidade atua para garantir a proteção integral (abrigo, educação, alimentação, higienização e trabalho) para familiares e

peessoas em situação de vulnerabilidade ou sem referência, que necessitem ser retiradas de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Esse trabalho é realizado em 8 serviços de acolhimento: 04 (quatro) para Crianças e Adolescentes, 01 (um) para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica sob ameaça de morte, 01 (um) para pessoas em situação de rua do sexo masculino, 01 (um) para pessoas e grupos familiares em situação de rua e 01(um) para Pessoas em Situação de Migração e Refúgio. Também é ofertado o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (SICAPE) e o Serviço Família Acolhedora.

Em 2023, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), disponibilizado em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), atendeu 2.948 famílias, visando apoiá-las na prevenção de ruptura de laços, na garantia do acesso a direitos e melhoria na qualidade de vida. Já o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) realizado pelos Centros de Referência especializado em assistência social (CREAS) atendeu 1.120 famílias acompanhadas pelo PAEFI, perfazendo uma média de acompanhamento mensal de 124 famílias/mês por CREAS. Este serviço se destina ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica, sexual, negligência, abandono), pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual, pessoas em situação de rua dentre outras violações.

De forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do PAIF e PAEFI, é realizado o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), que atendeu 53 crianças de 0 a 6 anos em 2023; 876 crianças acima de 6 anos/adolescentes (7 a 14 anos); 217 adolescentes; 105 adultos; 852 idosos e 33 pessoas com deficiência no SCFV. Nos serviços de acolhimento foram registrados o atendimento de 725 usuários em 2023 (Fonte: NUSVISA/FUNPAPA, 2024). A política de acolhimento, enquanto assistência integral das pessoas acolhidas relaciona-se como outra garantia de direito, bem como: programa de convivência e fortalecimento de vínculos; saúde e prevenção; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; educação; formação cidadã; regularização de documentação; esporte e lazer; formação em arte; grupo de proteção e inclusão nas políticas de moradia.

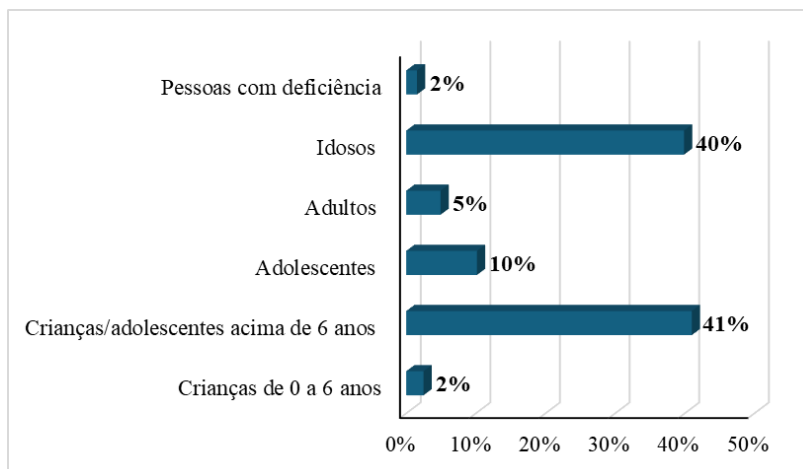


Figura 5. Distribuição do total de atendidos no SCFV em 2023 da Fundação Papa João XXIII nos diferentes níveis de proteção social em Belém/PA. Fonte: NUSVISA/FUNPAPA, 2024

4.1.1 Programa Bora Belém

Diante da conjuntura social e econômica alarmante provocada pela pandemia de COVID-19, a gestão municipal criou e implementou a renda cidadã intitulada “Bora Belém: Renda Cidadã”, objetivando alcançar famílias em extrema vulnerabilidade. O objetivo inicial desse programa foi repassar renda em caráter emergencial as famílias belenenses inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e não beneficiárias de quaisquer programa de transferência de renda estadual ou federal.

O valor do auxílio é calculado conforme a composição familiar, de acordo com três faixas: mulheres com um filho recebem R\$ 200,00; com dois e três filhos, recebem R\$ 350,00, e com quatro ou mais filhos tem direito a R\$ 500,00. O subprograma “Bora Belém: Combate a extrema pobreza” também possui estratégias e ações do poder público para a inclusão social e combate a miséria, articulado entre os variados setores da sociedade e do poder público. Vale ressaltar que uma das metas para este programa previstas no Plano Plurianual (PPA) - 2022 a 2025 é o alcance de 22 mil famílias contempladas até 2025. Em maio de 2024 já haviam sido alcançadas 18.497 famílias, correspondendo a 84% da meta (Fonte: TI/FUNPAPA).

Quadro 1- Número de beneficiários do Programa Bora Belém por território atendidos na Fundação Papa João XXIII em 2023 até maio de 2024 em Belim/PA. Fonte: TI/FUNPAPA

Território	Quantidade	%
CRAS Aurá	822	4,4
CRAS Barreiro	1718	9,3
CRAS Benguí	1252	6,8
CRAS Cremação	1476	8,0
CRAS Guamá	1268	6,9
CRAS Icoaraci	2351	12,7
CRAS Jurunas	2421	13,1
CRAS Mosqueiro	655	3,5
CRAS Outeiro	1549	8,4
CRAS Pedreira	1938	10,5
CRAS Tapanã	1552	8,4
CRAS Terra Firme	1495	8,1
Total	18497	100,0

Fonte: TI/FUNPAPA

Quadro 2 - Número de beneficiários do Programa Bora Belém por sexo e tipo de benefício atendidos na Fundação Papa João XXIII em 2023 até maio de 2024 em Belém/PA.

Benefício/Renda	F	M	Total	%
R\$ 200	9685	1.100	10785	58,3
R\$ 350	6177	539	6716	36,3
R\$ 500	887	109	996	5,4
Total	16749	1748	18497	100,0

Fonte: TI/FUNPAPA

4.1.2 Núcleo de Alimentação e Nutrição Socioassistencial (NUANS)

As ações desenvolvidas pelo NUANS tem como objetivo promover a oferta de alimentação saudável e segura para os usuários da rede socioassistencial; realizar ações de educação alimentar e nutricional; e realizar articulações intrasetoriais e intersetoriais, buscando garantir o direito humano a alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, de indivíduos e famílias em situação de violação de direitos e/ou insegurança alimentar e nutricional.

Na elaboração da pauta de gêneros são previstos alimentos para a oferta de refeições nos espaços socioassistenciais e distribuição de apoios alimentares. Conforme o demonstrativo da despesa do Sistema Gestão Integrada de Informações Governamentais (GIIG), no exercício financeiro de 2023 (01/01 a 31/12/2023), o custo com a alimentação foi de R\$ 4.546.603,01. Para as propostas dos cardápios, são considerados os seguintes elementos: as especificidades de cada unidade; as recomendações do Guia alimentar para a população brasileira; faixa etária do público atendido; os tipos de atividades desenvolvidos; a carga horária; o turno do atendimento; o tempo de permanência do usuário no ambiente; e as condições sanitárias. O fornecimento de apoio alimentar é desenvolvido em parceria com o Serviço Social mediante estudo prévio e avaliação da situação socioeconômica do beneficiado. Em 2023 foram distribuídos 2036 apoios para os espaços da proteção básica; 465 para os espaços da média complexidade e 200 para os espaços da alta complexidade, sendo 160 para o SICAPE.

Todos os espaços da Fundação possuem o Manual de Boas práticas de Manipulação de Alimentos, documento que descreve as operações realizadas por estes serviços de alimentação. Este documento é atualizado anualmente, com avaliação e orientação quanto a adequação das não conformidades identificadas na operacionalização, dando continuidade ao processo de capacitação da equipe de manipuladores, visando garantir a

segurança higiênico sanitária das refeições ofertadas.

Destaca-se que além da oferta da alimentação saudável e segura são necessárias ações de educação alimentar e nutricional (EAN) para os usuários dos espaços sociassistenciais, buscando garantir o conhecimento sobre o direito humano a alimentação adequada. Desta forma, há o planejamento futuro para ampliar a frequência e a intersetorialidade dessas ações para que se tornem permanentes nos espaços da FUNPAPA. Entre o segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024 foram realizadas ações de EAN para um público variado composto por crianças e adolescentes, mulheres da etnia Warao, idosos, pessoas com deficiência entre outros usuários do CRAS. Estas ações envolveram dinâmicas e jogos educativos sobre higiene, comidas regionais e cultura alimentar, preparações culinárias, assim como palestras sobre alimentação saudável e doenças crônicas não transmissíveis.

4.1.3 Núcleo de inclusão socioproductiva (NISP)

O NISP auxilia a Organização da Sociedade Civil (OSC) Instituto Ambient na execução do Programa ACESSUAS Trabalho, que possui o objetivo de promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao emprego, através de um conjunto de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social a oportunidades no âmbito do mundo do trabalho: formação, qualificação profissional, aprendizagem e emprego.

No ano de 2023, houve um aumento no número de encaminhamentos com destaque para as inserções no Programa de Aprendizagem (Jovem Aprendiz), encaminhamento do público prioritário para seleções de emprego, cursos profissionalizantes e oficinas de preparação para o mundo do trabalho. Em 2023 foram encaminhados aproximadamente 1000 usuários, e até maio deste ano, 236 encaminhamentos. Vale ressaltar que a FUNPAPA possui várias parcerias para inserção no mercado de trabalho e para qualificação profissional, a saber: supermercados, empresas de transporte, indústrias, Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), SECTET/ SENAC, SENAR, SEBRAE, CIEE, entre outros.

4.1.4 Programa de Aquisição de alimentos – PAA

No município de Belém, a execução do PAA ocorre através da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), com recursos disponíveis totalizando R\$1.015.335,41, na modalidade compra com doação simultânea. Destaca-se que no PAA estadual, o repasse de recursos pelo Ministério da Cidadania é direcionado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda- SEASTER. O PAA estadual/SEASTER-FUNPAPA está em processo de operacionalização e busca a garantia da participação de comunidades quilombolas, com vistas a garantia da alimentação saudável das comunidades quilombolas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 3 – Execução do programa PAA pela Fundação Papa João XXIII no período de julho de 2023 a 2024 (FUNPAPA).

Portaria	Modalidade	Recurso	Período da proposta	Agricultores (fornecedores)	Unid. Receptoras
Portaria MDS Nº 154, de 11 de dezembro de 2023 – PAA NACIONAL/FUNPAPA	Compra com doação simultânea	R\$ 575.335,41	12/12/2023 a 12/12/2024	41	05
Portaria MDS Nº 900, de 17 de julho de 2023 – PAA ESTADUAL/SEASTER-FUNPAPA	Compra com doação simultânea	R\$ 320.000,00	18/07/2023 a 18/07/2024	41	05
Portaria MDS Nº 900, de 17 de julho de 2023 – PAA ESTADUAL QUILOMBOLA/SEASTER-FUNPAPA	Compra com doação simultânea	R\$ 120.000,00	18/07/2023 a 18/11/2024	22	01

Fonte: Coordenação do PAA/FUNPAPA

4.1.5 Assistência a População em Situação de Rua e/ou Vulnerabilidade Social

A FUNPAPA enfrenta limitações quanto as ações voltadas para a População em Situação de rua. Dentre elas: a ausência de estudos estatísticos sobre essa população; insuficiência de recursos humanos nos equipamentos socioassistenciais; inexistência de espaço de acolhimento municipal para pessoas idosas em situação de rua; baixa capacidade de atendimento da CAMAR I e II; ausência de estratégias no âmbito da Inclusão Produtiva voltadas a formação, qualificação e geração de renda a essa população e de uma agenda de formação continuada para os trabalhadores. No entanto, em 2023, foram realizados 3.581 atendimentos particularizados de pessoas em situação de rua nos 2 Centros POP.

Diante desse contexto, a Prefeitura de Belém, por meio da FUNPAPA lançou em maio de 2024, o 1º Plano Municipal de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. O objetivo desse plano é realizar um trabalho integrado das políticas intersetoriais, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua no município, fundamentado pelo plano nacional “Ruas Visíveis”.

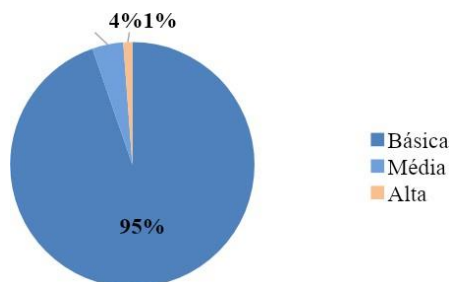


Figura 6. Distribuição do total de atendimentos individualizados das pessoas em situação de rua e/ou em vulnerabilidade social realizados em 2023 pela Fundação Papa João XXIII nas diferentes proteções sociais. Fonte: NUSVISA/FUNPAPA, 2024.

4.1.6 Casa de Passagem LGBTQIA+

A violência LGBTfóbica pode apresentar diferentes dados sobre os marcadores sociais de gênero, raça e cor, sendo que as pessoas trans, negras e bissexuais são as mais vulnerabilizadas. Essa vulnerabilidade se dá em razão do preconceito, da discriminação, da fragilidade dos vínculos familiares, da exclusão do convívio na comunidade, discriminação nas escolas, falta de acesso a informação e serviços. Além disso, a fragilidade ou até mesmo o rompimento dos vínculos familiares, a exclusão do convívio na comunidade, a discriminação sofrida nas escolas, a falta de acesso a informações e serviços dificultam que estes segmentos tenham conhecimento e acesso aos seus direitos, dentre eles o da alimentação.

Dessa forma, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade projeta a necessidade da implantação de serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de atendimento em unidade institucional de passagem, denominado como Casa de Passagem LGBTQIA+. Seu funcionamento seria em regime de plantão, de domingo a domingo, 24h por dia.

4.1.7 Migrantes e refugiados

Entender as especificidades socioterritoriais do município de Belém e suas rotas fluviais, aéreas e rodoviárias é crucial para abordar o fenômeno migratório que a capital paraense tem vivenciado. Em 2023, observou-se um fluxo intensificado de migrantes e refugiados, o que ressaltou a necessidade de respostas adequadas e coordenadas por parte das autoridades locais. Nesse contexto, o Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados (NAMIR)/FUNPAPA tem desempenhado um papel fundamental ao adaptar suas atividades para atender as demandas específicas dessa população, com foco particular nas comunidades indígenas venezuelanas Warao e na população cubana.

Para mapear as demandas específicas e gerais do município de Belém e quantificar os impactos e desafios decorrentes desse fluxo intensificado em 2024 é essencial produzir projeções detalhadas dos atendimentos realizados pelo NAMIR. Além disso, é necessário considerar os serviços oferecidos pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e entender como os processos de garantia de direitos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são implementados nas proteções de básica, média e alta complexidade.

Um aspecto crucial que precisa ser considerado neste contexto é a SAN. Com a chegada de um grande número de migrantes e refugiados, há aumento da demanda por alimentos, refletindo sobre os recursos locais e sistemas de apoio. A SAN envolve não apenas a disponibilidade de alimentos, mas que sejam seguros e nutritivos para atender as necessidades alimentares da população. Portanto, a garantia de segurança alimentar torna-se um desafio central para as autoridades locais e as organizações de apoio.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um planejamento abrangente que considere não apenas a oferta de serviços de assistência social, mas também estratégias específicas para assegurar a segurança alimentar dos migrantes e refugiados.

Em 2023 foram atendidos 233 migrantes e refugiados na PSB; 643 na média complexidade e 2.247 indivíduos atendidos pelo NAMIR (alta complexidade). No período de 2023-2024 foram entregues aproximadamente 500 apoios alimentares as famílias de migrantes e refugiados. No mesmo período foram inseridos aproximadamente 60 migrantes e refugiados no mercado de trabalho, garantindo melhores condições de vida para 60 famílias, aproximadamente 230 pessoas, visto que, com o acesso ao trabalho, garante-se uma renda fixa, diminuindo índices de vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Vale ressaltar que o Núcleo auxilia as famílias na inserção de programas sociais e benefícios eventuais, no qual todas as famílias atendidas pelo NAMIR inseridas no Cadastro Único, são passíveis de recebimento de benefícios sociais. Há o encaminhamento para a obtenção de documentos (CPF, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, dentre outros) e agendamento no SISMIGRA e SISCONARE para a solicitação do Protocolo de refúgio e solicitação de residência. São realizados os agendamentos na Polícia Federal e encaminhados para os demais serviços da Rede como CRAS, CREAS, Centro POP, espaços de Acolhimento Institucional, bem como órgãos intra e intersetoriais como SEJUDH, OAB, entre outros.

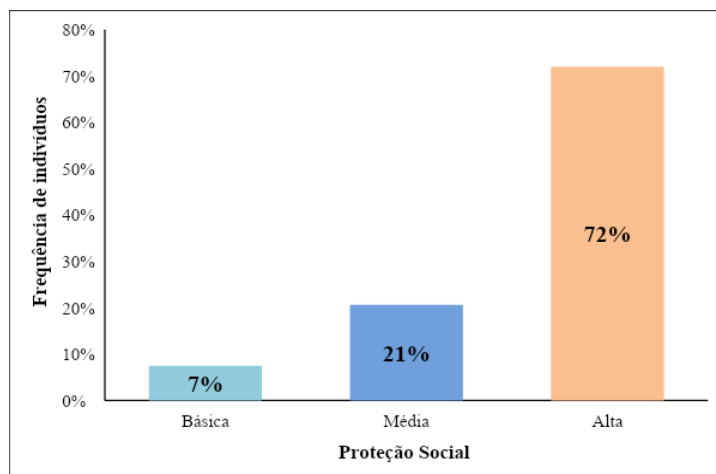


Figura 7. Distribuição do total de migrantes e refugiados atendidos em 2023 da Fundação Papa João XXIII nos diferentes níveis de proteção social. Fonte: NUSVISA/FUNPAPA, 2024.

4.2 EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As instituições de ensino, como escolas e creches são fundamentais no processo de formação dos hábitos alimentares saudáveis e de promoção de SAN da população. Em Belém, a gestão da rede municipal conta com Unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, Educação no Campo e Centros de Referência de Inclusão Educacional (CRIE), atendendo mais de 60.000 estudantes em toda a capital.

Nos últimos 4 anos, a SEMEC realizou ações importantes e que estão direta ou indiretamente associadas a Promoção de SAN no ambiente escolar. Dentre eles a expansão da infraestrutura escolar, com a construção e reforma de mais de 80 escolas para receber a demanda crescente de matrículas. Isto incluiu melhorias nas instalações físicas como salas de aula ambientalizadas, bibliotecas, laboratórios e refeitórios. Houve também o investimento na formação continuada de profissionais da educação, através da capacitação em metodologias de ensino, uso da tecnologia educacional e abordagens inclusivas.

Na área de alimentação e nutrição, os cursos e oficinas realizados estão o de Nutrição Responsiva idealizado pela USP em parceria com a SESMA e UNICEF, e o curso em formato EAD sobre Educação Nutricional e Alimentar no Ambiente escolar, realizado pelo IDEC em parceria com UNICEF e SESMA.

A SEMEC também atua na promoção da inclusão digital, garantindo acesso a tecnologia; atualização do currículo escolar para temas socioemocionais, cidadania digital, e sustentabilidade; bem como o atendimento educacional especializado (AEE) para abranger os estudantes PCDs nas escolas regulares.

A Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) é o órgão responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Belém, utilizando os recursos financeiros específicos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE. Atualmente, são atendidos 67.000 estudantes, conforme o censo de 2023, abrangendo todos os alunos da educação infantil, ensino fundamental, médio e educação de jovens, adultos e idosos.

A Fundação desenvolve ações voltadas a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme preconizado pela legislação do FNDE. O objetivo é garantir o aporte nutricional de qualidade para toda rede municipal, respeitando seus hábitos e costumes locais. Entre as principais atividades estão a elaboração de cardápios, formação de manipuladores de alimentos, avaliação antropométrica, avaliação da aceitabilidade dos cardápios e supervisão do programa. Além disso, a Fundação oferece um cardápio diferenciado para alunos com necessidades alimentares especiais, como intolerância a lactose e diabetes mellitus, bem como desenvolve projetos de educação alimentar e nutricional.

Um desses projetos é o Seletividade Alimentar, criado em 2024, para ser executado no ano vigente, com o tema **“Orientação para Introdução Alimentar Adequada”**. Ele visa esclarecer aos familiares de crianças matriculadas nas creches (**turmas de berçário**) da Rede Municipal de Educação de Belém, com turmas de berçário, sobre a importância adequada a condução alimentar das crianças. Os objetivos específicos incluem favorecer a adesão a alimentação servida na escola, bem como, a rotina escolar, desestimular o consumo de alimentos pouco nutritivos em detrimento do consumo da alimentação escolar e promover a análise crítica e consciente das escolhas alimentares feitas pelos cuidadores das crianças e o seu desdobramento na saúde infantil.

As escolas participantes desse projeto incluem EMEI Profa. Lúcia Soares Castro, EMEI Profa. Raimunda Lúcia Guerreiro, EMEI Pratinha, UEI São Josi, UEI Wilson Bahia de Souza, EMEI Venuzina Marinho de Souza, UEI Encanto do Saber, EMEI Jaime da Costa Teixeira, EMEI Profa Luzmarina de Melo Muniz, UEI Maracajá, EMEI Cotijuba, EMEI Canto do Uirapuru, EMEI Eri, Creche Casa Lar Cordeirinho de Deus, Creche Escola Íris Crianças aos Olhos de Deus, Centro Catequítico Santa Izabel da Hungria e Soc. Benef. Pequenininhos de Cristo Creche Edelburga Queiroz. O cronograma da FMAE para execução do projeto está previsto para o mês de Agosto.

Destaca-se também o desenvolvimento do projeto intitulado “Café da Manhã”, que atende atualmente 1022 alunos, a fim de promover a Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes da rede municipal, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades psicomotoras do educando, também para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dessas crianças.

A inclusão de gêneros alimentícios da agricultura familiar foi uma outra abordagem utilizada na elaboração dos cardápios, e que tem gerado impactos positivos na alimentação escolar de Belém. Conta com uma diversidade de itens característicos da cultura alimentar local tais como macaxeira, farinha de tapioca, melancia, banana, laranja, manga bacuri, batata doce, açaí, coentro, cariru, jambu, chicória, abóbora jacarezinho, limão tahiti, polpa de goiaba, polpa de abacaxi e tangerina. Esses produtos são garantidos mediante a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos federais provenientes da agricultura familiar, com a participação, em 2024, de quatro fornecedores aprovados na licitação: COPABEL, CASP, COOP MARITUBA e COOP BELÉM.

A oferta de alimentos *in natura* advindos da agricultura fortalecem a inserção de bons hábitos alimentares e integram o alunado com a cultura alimentar regional. Nesse sentido, o projeto “Broca Saudável”, que preconiza a utilização de 20% do consumo de proteína vegetal pelo menos uma vez por semana, que visa promover uma alimentação mais equilibrada e sustentável. Esse projeto combina o fornecimento de fontes de proteínas vegetais do fornecedor convencional com a inclusão de hortaliças e frutas da agricultura familiar na elaboração dos cardápios, reforçando a valorização dos produtos regionais e incentivando práticas alimentares saudáveis entre os estudantes.

Por fim, acrescenta-se o Projeto de Lei intitulado “Ambientes Alimentares Saudáveis”, com o objetivo de promover a SAN nas escolas municipais, através da oferta de alimentos saudáveis e a redução de alimentos ultraprocessados dentro e no entorno das mesmas, além de ações de educação alimentar e nutricional no currículo escolar, com base nas diretrizes oficiais do Guia Alimentar para a População Brasileira. O PL foi elaborado em parceria com IDEC, UNICEF, SESMA, SEMEC e FMAE, com apoio do poder legislativo da Bancada Mulheres Amazônidas. Encontra-se em trâmite na Procuradoria Geral do Município, em aguardo do parecer jurídico, e posteriormente encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores para aprovação.

4.3 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A COPSAN vem atuando diretamente junto a sociedade por meio de políticas - projetos e ações - que visam garantir o acesso a alimentação de qualidade e o combate a fome. As principais políticas desenvolvidas atualmente são:

1. **Projeto Cesta Nutrir Juntos:** Ação que abrange desde a coleta da doação de alimentos, por parte dos permissionários, na Central de Abastecimento do Pará (CEASA) até a seleção, higienização, confecção de cestas hortifrúti e distribuição para 200 famílias semanalmente, na sede da COPSAN. Aproximadamente 95.000 cestas são distribuídas anualmente. Para mais, esse projeto envolve a avaliação e acompanhamento nutricional dos membros das famílias beneficiadas, além da oferta de oficinas e palestras sobre

manipulação de alimentos, bons hábitos alimentares e receitas sobre o aproveitamento total dos alimentos.

2. Projeto Sopa Cidadã: Ação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, Banco do Povo e feiras (“Feira da 25” – atual Romulo Maiorana), com a coleta de frutas, legumes e verduras para a produção de sopa preparadas na sede da COPSAN.PMB distribuídas em locais não específicos, para 500 pessoas por dia de distribuição.

3. Projeto Pão do Caroco do Açaí: Ação desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual do Pará – UEPA, que tem por objetivo central, elaborar produtos de panificação utilizando resíduos da indústria do beneficiamento do açaí (sementes) como ingredientes de enriquecimento nutricional na fabricação do pão. Por meio dessa parceria e o uso da pesquisa técnico-científica foram definidas as características físico-químicas, nutricionais e aceitação sensorial do produto. Além disso, a indústria de fabricação do pão enriquecido com a semente do açaí deve contribuir para a redução da poluição ambiental urbana causada por este resíduo. A fabricação e distribuição desse produto ocorrem em ações estratégicas no âmbito das políticas praticadas pela Prefeitura Municipal de Belém.

4. Projeto dos Bairros: Ação em parceria com a Central de Abastecimento do Pará (CEASA) que tem como prática a distribuição de Cestas Hortifrúti para públicos alvos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ocorre duas vezes ao mês e efetua a distribuição de aproximadamente 200 cestas mensais.

5. Comitê Gestor da Gastronomia: Ação intersectorial do governo municipal, tendo Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana (Codem) como diretoria executiva, visa ações que possam fortalecer o selo Belém, Cidade Criativa da Gastronomia, concedido em 2015 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A COPSAN atua ofertando oficinas nas ilhas de Belém sobre assuntos como a manipulação e o aproveitamento de alimentos.

6. Projeto Ver-o-Cuidado: A Prefeitura de Belém, em parceria com a ONU Mulheres e com financiamento da Open Society Foundations, vem realizando um projeto inédito sobre o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Nesse sentido, a COPSAN vem realizando ações integradas de apoio ao projeto, especialmente nas ilhas de Belém.

7. Projeto Oficina nas Escolas de Belém: Ação desenvolvida pela equipe da COPSAN.PMB por meio da oferta de oficinas e palestras sobre questões alimentares e nutricionais para as escolas de Belém.

8. Projeto Casa do Açaí: Ação em parceria com a SESMA e Vigilância Sanitária que tem como objetivo a qualificação de manipuladores de açaí, garantindo assim a segurança alimentar. Essa ação ocorre por meio da oferta de curso sobre a manipulação do fruto, por parte do Departamento de Vigilância Sanitária (Devisa) de Belém, como parte da política de saúde e segurança alimentar do município. O público alvo engloba comerciantes e manipuladores, que ao final do curso recebem a carteira de manipulação de alimentos. A capacitação ocorre uma vez por semana na sede da Coordenação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – COPSAN.

4.4 SAÚDE

As ações de SAN realizadas pela SESMA são coordenadas pela Referência Técnica de Políticas Nutricionais (RT Nutrição) do Núcleo de Promoção da Saúde, e segue as Diretrizes da PNAN. Em sua maioria, são ações transversais a outras áreas técnicas do setor tais como: Saúde da Criança e Adolescente, Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Medicamentos, Práticas Integrativas Complementares, Prevenção ao Tabagismo, Prevenção da Violência, Saúde Bucal, Saúde Mental, Saúde de Populações Especiais, Educação Popular em Saúde, Saúde PCDs, entre outros.

Especificamente, a RT Nutrição vem atuando na execução e monitoramento de programas Nacionais como o Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Suplementação de Micronutrientes como Ferro e Vitamina A (este último foi desenvolvido um protocolo municipal para aquisição, distribuição e monitoramento das doses ofertadas), Programa Crescer Saudável, Programa Saúde na Escola, e de programas municipais como o Programa de alergia a Proteína do Leite de Vaca (APLV), no qual realiza a aquisição, armazenamento e distribuição de fórmulas especiais para crianças enquadradas nesta patologia. Também participa das compras públicas de alimentação enteral e de suplementação de formulas nutricionais em parceria com o Programa Melhor em casa, assim como atendendo as demandas espontâneas e judiciais do município. Além da compra dos gêneros alimentícios e contratação de empresas terceirizadas para a alimentação hospitalar e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Foram realizadas ações de Alimentação de Nutrição em parceria com a Referência Técnica de populações especiais, dentre elas palestras e oficinas na CASA RUA, um ambulatório especializado para a população em situação de rua, bem como com imigrante refugiados da População Warao tais como: projetos intersetoriais (SEMEC, SESMA, SESAN, FUNPAPA) de Educação Nutricional e Ambiental em abrigos públicos e particulares desta população; eventos de formação de abordagem especializada tanto para profissionais da gestão quanto formação de multiplicadores de orientação alimentar e nutricional, cujo público alvo foram mulheres e adolescentes da etnia Warao (em parceria com ADRA, UNICEF); desenvolvimento do GUIA DE SAÚDE WARAO, uma cartilha desenvolvida em parceria com ADRA e UNIEF, para usuários e profissionais do município de Belém, com o objetivo de auxiliar a comunicação entre ambos, com informações de saúde traduzidos para o idioma nativo, dentre elas, alimentação e nutrição.

Aliada a execução e monitoramento de todas as políticas citadas, as ações de SAN pela RT Nutrição também foram direcionadas para educação permanente, com atividades tanto no ensino quanto na pesquisa. No Programa Saúde com Agente foi possível o treinamento de ACS para vários temas incluindo o da Alimentação Adequada e Saudável. Realizou-se os cursos de Nutrição Responsiva, Educação Alimentar e Nutricional (SEMEC), Capacita PMAN 2022, 2023 sobre atualizações das políticas municipais de nutrição. Todos os treinamentos utilizaram como base a metodologia da Educação Popular em Saúde. Em 2022, a RT Nutrição realizou a pesquisa

o n - l i n e "Mapeamento da Fome", para avaliar o nível de Insegurança Alimentar e Nutricional do município, e assim direcionar as ações de saúde e nutrição para as regiões mais vulneráveis.

Desde 2021 vem atuando em temas da Alimentação Escolar através de ações de alimentação e nutrição vinculadas ao PSE e Crescer Saudável, além de ter sido executado o projeto CANTINA NOTA 10! Em parceria com órgãos municipais (SEMEC, FUNPAPA), estaduais (SESPA, SEDUC) e UNICEF. O mesmo reuniu eventos e estratégias voltadas para temas de alimentação e nutrição adequada em ambientes escolares, os quais foram realizadas oficinas de formação com profissionais das gestão municipal de setores da saúde, assistência social, e educação, incluindo as merendeiras, com a conquista de materiais educativos e lúdicos para a realização da Educação Alimentar e Nutricionais nas escolas da rede municipal. Além disso, O Cantina Nota 10! Também desenvolveu ações como rodas de conversa com cuidadores, avaliação antropométrica dos estudantes e iniciou a implantação de hortas escolares em territórios estratégicos.

A SESMA conta ainda com dois departamentos que atuam diretamente na Promoção de SAN: O Departamento de Atenção Básica (DEAS) e o Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA). Recentemente o município aderiu ao um projeto federal, Família Mais Saudável, que visa ampliar a cobertura populacional para 80%, com diversificação e a aumento quantitativo dos profissionais por território administrativo, o quais serão estruturadas equipes E-multi, incluindo a ampliação do quadro de nutricionistas. As ações de SAN do DEVISA se configuram especialmente na fiscalização de Unidades de Alimentação e Nutrição (UANS) no município, tanto em estabelecimentos comerciais quanto públicos, tais como as escolas, hospitais e restaurantes populares. O DEVISA também tem como subdepartamento a Casa do Açaí, responsável pela vigilância da qualidade higiênico sanitária do açaí comercializados em Belém.

4.3 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

As ações de SAN no setor da Economia e Meio Ambiente são gerenciadas pela SECON e SEMMA, respectivamente. As ações destas secretarias foram pautadas em reformas de feiras e mercados municipais. A SECON também ficou responsável pela pasta da Conferência da Agricultura Familiar realizada em 2022. Um evento que contou fortemente com a participação popular de pequenos produtores, com a realização de três pré conferências para o levantamento das demandas e desafios locais. Aconteceram em três distritos administrativos, onde estão localizados os principais centros de produção agrícola da capital: Cotijuba, Mosqueiro e Outeiro. A Prefeitura Municipal de Belém também fechou parceria com o Instituto Escolhas para a pesquisa que teve como objetivo verificar o potencial da agricultura urbana e periurbana de Belim. Um estudo de suma importância para

subsidiar as políticas de agricultura familiar no município.

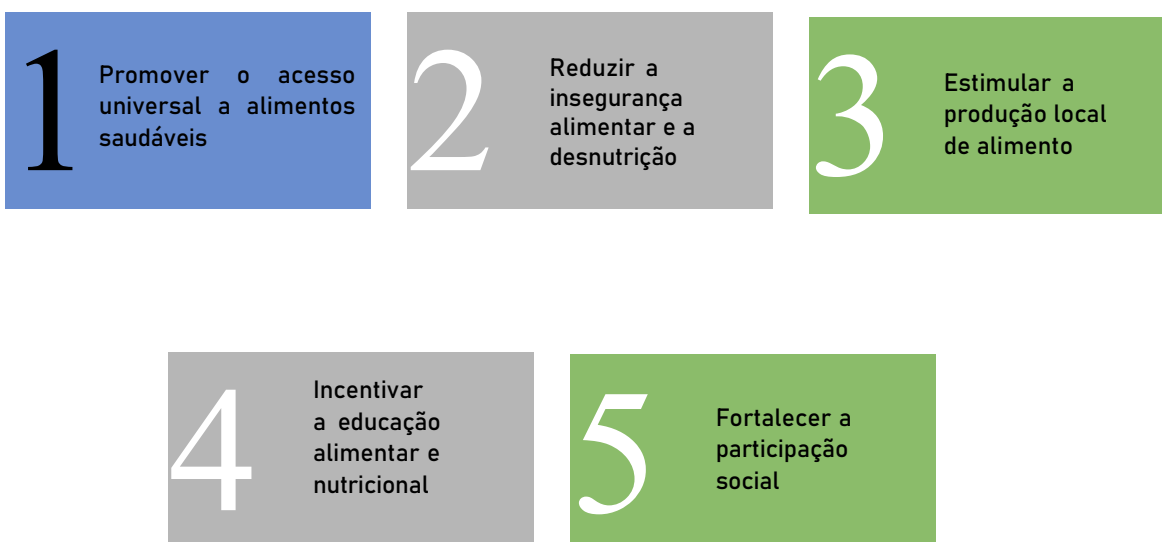
4.5 TRABALHO E RENDA

Na perspectiva de que a promoção de SAN envolve geração de emprego e renda, a Prefeitura de Belém criou o programa de formação e capacitação profissional denominado “Donas de Si”. O nome fez jus à contemplação do público alvo feminino, demanda relacionada à grande maioria de mulheres microempreendedoras e chefes de família, incluindo mulheres trans. Objetivo do programa foi atender prioritariamente mulheres em situação de vulnerabilidade beneficiárias do “Bora Belém”, para alcance da autonomia financeira. No entanto, também se expandiu para outros segmentos de jovens, públicos atendidos pelas Coordenadorias da Mulher (COMBEL), da Diversidade Sexual (CDS) e Antirracista (COANT), além do público masculino. Com a conclusão dos cursos, as alunas e alunos são direcionados ao cadastramento dos respectivos currículos no Sistema Nacional de Emprego (SINE) por meio do Portal do Trabalhador vinculado à SECON. Desde 2021, foram mais de 20 em áreas diversificadas como Tecnologia da Informação, Culinária e Gastronomia, Moda, Hotelaria, Turismo, Construção Civil, Mecânica, Estática entre outros, atendendo até início de 2024 mais de 2700 alunas e alunos, com previsão de alcance para 4000 beneficiários deste programa.

5. OBJETIVO GERAL

Consolidar a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Belém do Pará.

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS



I PMSAN BELÉM

DIRETRIZES

DESAFIOS

AÇÕES

METAS

6. DIRETRIZES, METAS, AÇÕES E DESAFIOS

O I PMSAN Belém é fruto de uma construção coletiva, com participação de representantes de órgãos governamentais municipal e estadual, mas também contou com a forte presença da sociedade civil. A participação popular foi fundamental para o levantamento de demandas e dos desafios atuais encontrados na capital, pois grupos organizados que possuem legado histórico de acompanhamento. Esta contribuição ocorreu principalmente nos dois grandes momentos que antecederam a elaboração do plano, tanto na 1ª Conferência Municipal de SAN, quando na realização da Audiência Pública, tendo em vista as atualizações de demandas e decretos do governo federal, publicados posteriormente a data da conferência antes citada.

As diretrizes propostas foram orientadas pelo lema da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”. Os desafios, ações e metas foram distribuídos em 5 eixos de acordo com as dimensões do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional da LOSAN (2006). Sendo estes: 1) Acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes 2) Sustentabilidade Social 3) Sustentabilidade Econômica 4) Sustentabilidade Ambiental 5) Sustentabilidade cultural.

As ações e metas deste PMSAN serão realizadas de acordo com as suas especificidades e estão disponibilizadas nos quadros a seguir:

ACCESSO REGULAR E PERMANENTE AOS ALIMENTOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE SUFICIENTES

Desafios	Objetivos	Ações	Metas	Monitoramento	Responsáveis/ Parceiros	Orçamento
Criação da Cesta Básica Regional	Garantir o DHAA respeitando a cultura alimentar	Compor a cesta básica municipal com os gêneros regionais, disponibilizados no Decreto Federal 11.936/24	Adequar a composição da cesta básica em 2024	Número de cestas básicas distribuídas com gêneros regionais	BANCO DO POVO FUNPAPA COPSAN SECON	Municipal, Federal
Ampliar a oferta de recursos hídricos destinados ao consumo humano	Garantir disponibilidade e acesso à água potável em especial a população em vulnerabilidade	Criação de Banco de Alimentos com inclusão alimentos regionais de base agroecológica	Inclusão de itens regionais agroecológicos e exclusão de ultraprocessados até 2027.	Número de Bancos de alimentos criados, e quantidade e tipo dos gêneros incluídos		
Expansão do Bora Belém	Ampliar o número de famílias assistidas pelo programa	Criação de lei para obrigatoriedade de bebedouros públicos em locais estratégicos, próximos aos territórios em vulnerabilidade	Apresentar o Projeto de Lei via câmara de vereadores ou executivo em 2025.	Acompanhamento dos trâmites do processo até aprovação pela comissão	Poder Legislativo CAISAN Belém COMSEAN Belém SESAN	Municipal, Estadual, Federal
Fortalecer o PAA no município	Ampliar o acesso aos alimentos, incentivando a agricultura familiar e contribuir para os estoques públicos	Realizar Mapeamento das famílias mais vulneráveis	Ampliar em 25% o número de famílias assistidas até 2025	Número de novas famílias aderidas ao programa.	BANCO DO POVO FUNPAPA COPSAN CAISAN Belém	Municipal, Estadual
		Criação de um GT da CAISAN Belém para o tema da agricultura familiar	Criar GT intersetorial até Setembro de 2024.	Convocação de Reuniões periódicas pela CAISAN		
		Efetivar suporte técnico agrícola aos pequenos produtores.	Ampliação do quadro de recursos humanos exclusivo até 2027	Fiscalização da contratação da equipe técnica pelo COMSEAN Belém	SEGEF SECON EMATER COMSEAN Belém	Municipal, Estadual, Federal
		Monitoramento permanente do número de produtores bem como a respectiva produção (quantidade e qualidade)	Desenvolver e aplicar programa de monitoramento utilizando TI até 2027	Articulação com a CINEBSA	UFRA CINEBSA	Municipal
		Expansão dos editais de comprar públicas para equipamentos de saúde como hospitais, caps. Além de restaurantes populares, cozinhas solidárias entre outros.	Elaboração de Termos de Referência para o PPA de 2026.	Articulação intersetorial, com o GT de agricultura familiar	CAISAN Belém GT Agricultura Familiar	Municipal

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

<p>Criar uma política de preço mínimo dos alimentos in natura (federal, estadual e municipal);</p>	<p>Regular os preços dos alimentos in natura para garantir o Direito a Alimentação a população principalmente as mais vulneráveis a fome e a InSAN.</p>	<p>Criar lei de obrigatoriedade para editais que garanta o percentual mínimo de 40% de produtos originados da Agricultura familiar, para todas as compras municipais de gêneros alimentícios.</p>	<p>Propor um Projeto de Lei (PL) na Câmara Municipal que contemple uma política de preço mínimo.</p>	<p>Apresentar o Projeto de Lei via câmara de vereadores ou executivo em 2025.</p>	<p>Acompanhamento dos trâmites do processo até aprovação pela comissão</p>	<p>COMSEAN Belém CAISAN Belém GT Agricultura Familiar</p>	<p>Municipal, Federal</p>
<p>Recomendação da elaboração de protocolo sobre o fluxo institucional da violação de direito humano a alimentação e insegurança alimentar e nutricional no âmbito Federal, estadual e municipal;</p>	<p>Garantir que a violação ao DHAA seja banida da vida das pessoas mais vulneráveis e que estão em situação de InSAN e</p>	<p>Mobilizar entidades e organizações da sociedade civil que trabalham em comunidades e com grupos sociais que estão em situação de fome e InSAN para partilha contra a violação dos DHAA.</p>	<p>Município de Belém ter mecanismos legais e institucionais que inviabilizem a violação dos DHAA e população tendo acesso ao consumo de cesta básica a um preço mais baixo das regras do mercado.</p>	<p>Verificação de acompanhamento das políticas de preços junto aos órgãos e entidades promotoras de defesa do consumidor e de economia.</p>	<p>SEGEF, PGM (Procuradoria Geral do Município), SECON, entidades e setores produtivos e ONGs.</p>	<p>Orçamento Público Municipal e de entidades produtivos e ONGs.</p>	<p>Orçamento Público do Município.</p>
<p>Ampiar e expandir o quadro de contratações de profissionais da Nutrição nos órgãos da Prefeitura Municipal</p>	<p>Aumentar o acesso ao atendimento nutricional pela população garantindo orientações especializadas sobre alimentação saudável</p>	<p>Aumentar o número de nutricionistas tanto em áreas estratégicas como SUS, SUAS, Alimentação Escolar, Redes de ensino, quanto em outros setores da prefeitura que estejam desempenhando ações de SAN, como SECON, SEMMA, SESAN, e coordenações especiais.</p>	<p>Contratação de 4 Nutricionistas na para cada distrito administrativo até 2026.</p>	<p>Número de contratações</p>	<p>SEGEF, SEMAD, SESMA, FMAE, SEMEC, CRN7, SINDINUT</p>	<p>Municipal, Federal</p>	<p>Municipal, Federal</p>

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

EIXO 2

SUSTENTABILIDADE POLÍTICA, SOCIAL e DEMOCRÁTICA

Desafios	Objetivos	Ações	Metas	Monitoramento	Responsáveis/ Parceiros	Orçamento
Articular Políticas do SISAN, SUAS, SUS, PNAE no âmbito municipal	Estruturar e organizar as ações em comum para reforçar o controle de SAN no município.	Criação de um GT da CAISAN Belém específico Identificar e atualizar as ações e serviços de cada sistema no município Pactuar o monitoramento conjunto de SAN, consumo alimentar, avaliação antropométrica e doenças crônicas não transmissíveis pelos órgãos gestores destas políticas no município.	Criar o GT até 2025 Gerar o mapeamento das ações intersetoriais até 2025 Realizar pelo menos 1 censo ao ano de forma coletiva até 2027.	Portaria de institucionalização. Quantidade de relatórios produzidos Quantidade de censos realizados	CAISAN Belém	
Fortalecer o SISAN Municipal	Garantir as ações de SAN no município e ampliar a intersectorialidade	Desenvolvimento do PLAMSAN Belém de forma intersectorial, com forte participação popular. Garantir orçamentos das demandas do PLAMSAN no PPA, LOA, LDO para o ano de 2025.	Finalização do PLAMSAN Belém até dezembro de 2024. Inserção do valor orçamentário até dezembro de 2024.	Calendário de reuniões presenciais para ajustes e correções do plano. Articulação com a SEGEP para realojamento dos recursos	COMSEA Belém CAISAN Belém GT PLAMSAN Belém COPSAN SEGEP	
Fortalecer a Política de Alimentação Escolar no município	Ampliar e estruturar as ações de SAN na rede de ensino pública e privada e melhorar a fiscalização do fornecimento e garantir a efetividade do PNAE Possibilitar conhecimento sobre alimentação saudável nas escolas municipais e as estaduais localizadas no território de Belém.	Institucionalizar o Programa Municipal de Alimentação Escolar municipal com a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional, e implementação de equipamentos pedagógicos como as hortas escolares. Implementar hortas pedagógicas em 40% das escolas públicas municipais até 2025. Formação de prática continuada e permanente transdisciplinar e multiprofissional que	Apresentar o projeto de lei do Programa de Alimentação Escolar Municipal em 2024. Número de hortas construídas. Cursos e eventos de EAN realizados por ano letivos.	acompanhamento do processo legislativo Número de hortas construídas. Cursos e eventos de EAN realizados por ano letivos.	Poder Legislativo COMSEAN IDEC UNICEF FMAE SEMEC SESMA CECANE FMAE SEMEC SECON UNICEF CECANE	Municipal, Federal

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

<p>visa promover a educação alimentar nas escolas de Belém. Incluir a Educação Alimentar e Nutricional na grade curricular até 2027.</p>	<p>Atualização dos temas ajustados aos níveis de escolaridade em planos pedagógicos da rede de ensino Municipal</p>	<p>SEMEC UNICEF IDEC SESMA CECANE</p>	<p>Municipal</p>
<p>Reajuste orçamentário em percentual para adequação da contrapartida do município da compra dos gêneros da merenda escolar</p>	<p>Garantir orçamento para o reajuste no PPA, LOA, LDO até 2025</p>	<p>FMAE SEMEC SEGEP CECANE</p>	<p>Municipal</p>
<p>Criação e manutenção das salas de apoio para amamentação e acondicionamento do leite materno nas escolas municipais.</p>	<p>Construir salas em 1 escolar por bairro até 2027.</p>	<p>SEMEC FMAE CECANE</p>	<p>Municipal, Federal</p>
<p>Fortalecer os mecanismos de participação popular na defesa das políticas de SAN em Belém</p>	<p>Garantir a participação popular esfera pública política, fortalecendo a democracia participativa.</p>	<p>COMSEAN Belém/COPSAN e entidades da sociedade civil.</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Realizar Fórum de Comissão de Bairros sobre SAN incluindo a lei e defendendo as propostas;</p>	<p>Realizar anualmente uma pré-conferência municipal de SAN.</p>	<p>Números de pessoas participantes e grau de interesse e conhecimento pelas políticas de SAN</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Mobilizar e contactar com as entidades e organizações da sociedade civil organizada para debate e garantir a implementação das políticas de SAN no município.</p>	<p>Criação de Fórum Municipal de SAN</p>	<p>Ampliação de grupos mobilizados e participantes da criação do Fórum SAN de Belém.</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Realizar eventos preparatórios de qualificação para sociedade civil sobre os debates nas próximas conferências e levar as ações para os bairros;</p>	<p>Realizar 1 evento por ano a partir de 2025</p>	<p>Número de eventos realizados</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>COMSEAN, COPSAN promover, apoiar e organizar eventos como Fórum metropolitano de SSAN, encontros, plenárias, rodas de conversas etc.;</p>	<p>Realizar 1 evento por semestre a partir de 2025</p>	<p>Número de eventos realizados</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Promover fóruns de debates sobre SAN voltadas para pessoas em situação de rua, PCTs e em vulnerabilidade alimentar;</p>	<p>Mobilizar as PCTs e demais pessoas vulneráveis ao direito a alimentação.</p>	<p>Números de PCTs mobilizadas e integralmente atingidas pelas políticas de SAN.</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Engajar as PCTs, pessoas em situação de rua e de vulnerabilidades alimentar nos debates e incidências das políticas de SAN, para melhorias e estratégias voltadas a este público.</p>	<p>Garantir até o ano de 2030 100% de atendimento as PCTs e demais vulneráveis vítimas de INSAN.</p>	<p>Números de PCTs mobilizadas e integralmente atingidas pelas políticas de SAN.</p>	<p>Orçamento Público Municipal.</p>

CAISAN
 Câmara Intersetorial
 de Segurança Alimentar
 e Nutricional

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

<p>Promover a criação de uma Comissão de SAN no poder legislativo municipal, bem como, articular com o poder Estadual e Federal;</p>	<p>Estreitar uma relação institucional com o poder legislativo Municipal, Estadual e Federal para garantia de políticas de SAN para Belém.</p> <p>Criação da Comissão</p>	<p>Promover reuniões regulares com o poder legislativo e manter relação de comunicação com os poderes legislativo estadual e federal.</p>	<p>Incidir nos debates do orçamento público (PPA, LDO, LOM, LOE e LOF).</p>	<p>Grau de alcance na relação com os poderes legislativo nos três níveis da federação.</p>	<p>Gabinete do Prefeito e SEGEP.</p> <p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Garantir o apoio orçamentário e financeiro para o pleno exercício das atividades do COMSEAN.</p>	<p>Fortalecimento do COMSEAN como órgão colegiado de gestão e controle social de SAN. Garantir recursos para a execução das políticas de SAN e combate a fome (emergencial e estrutural).</p>	<p>Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias do COMSEAN e eventos de promoção a luta contra a fome a as desigualdades sociais em Belém.</p> <p>Criar o Fundo Municipal do COMSEAN com garantias previstas em PPA, LDO e LOA para garantia da efetivação do Controle social.</p>	<p>Manter o funcionamento pleno do COMSEAN Belém a cada gestão eleita.</p> <p>Elaborar o Anteprojeto de Lei sobre a criação do Fundo até 2025. Projeto aprovado pela CMB.</p>	<p>Visibilidade do trabalho e da problemática do combate a fome e a implementação das políticas de San no município.</p> <p>Fundo Municipal ativo</p>	<p>SEGEP, COPSAN e Entidades da sociedade civil participantes do COMSEAN.</p> <p>Orçamento Público Municipal.</p>
<p>Regularização fundiária das áreas urbanas e periurbanas</p>	<p>Garantir o Direito pleno a terra e território e reforma agrária popular.</p>	<p>Atualizar o cadastro de propriedades irregulares</p>	<p>Atualização e acompanhamentos dos cadastros.</p>	<p>Número de propriedades regularizadas</p>	<p>CODEM</p> <p>Municipal</p>



1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

EIXO 3

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Desafios	Objetivos	Ações	Metas	Monitoramento	Responsáveis/ Parceiros	Orçamento
Criar cinturões verdes para promover a cultura alimentar e a agricultura familiar de base agroecológica em áreas rurais, urbanas e periurbanas de pequenos espaços, quintais, produções de povos e comunidades tradicionais (PCTs), Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs), produções campesinas e hortas rurais e urbanas.	Combater a fome e a vulnerabilidade social. Desenvolver uma rede de formação técnica contínua e viabilizar a implantação da agricultura rural, urbana e periurbana de pequenos espaços, quintais, produções de PCTs, UTTs, produções campesinas e hortas rurais e urbanas no município.	Criar política pública municipal para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Realizar o mapeamento de áreas rurais, urbanas e periurbanas com a identificação de produções de base agroecológica, produções de PCTs, UTTs e de espaços com potencial agrícola. Regularizar as áreas identificadas com potencial agrícola para a produção de alimentos da agricultura familiar de base agroecológica. Identificar e cadastrar famílias em vulnerabilidade social com potencial para o trabalho agrícola no entorno das áreas mapeadas.	Alcançar 40% das áreas mapeadas com potencial agrícola.	Monitoramento permanente do número de DAPs/CAFs em atividade Avaliar o processo de produção por meios software de gestão de entregas aos postos recebedores	SECOM, FUMBEL, FUNDO VER O SOL, FUNPAPA, SETUR, CODEM, Instituições de Ensino Superior, EMBRAPA, EMATER, CEPLAC, INSTITUTO ESCOLHAS.	PPA, LDO e LOA
Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar e da cultura alimentar nas compras públicas	Garantir a compra pública diretamente da Agroecologia e da Cultura Alimentar a ser realizada por toda a	Aumentar o consumo e a produção de alimentos agroecológicos. Criar espaços agroecológicos nas feiras livres e em áreas urbanas e periurbanas. Realizar pesquisas e fornecer apoio tecnológico para a produção de adubo e insumos sustentáveis. Requalificar espaços urbanos para implantação de hortas e pomares públicos, com plantio de cultivos de povos e comunidades tradicionais promovendo a educação popular sobre sua cultura alimentar. Estabelecer pólos de produção e distribuição de alimentos dos quintais produtivos em bairros periféricos.	Adquirir percentual mínimo de 30% em todas as compras públicas	Verificação do alcance das metas por meio dos editais públicos	SEGEPI, SESMA, FMAE, FUNPAPA, SEMEC, FUNBOSQUE,	PPA, LDO e LOA

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

realizadas pelo município de Belim.	PMB, além do PAA e PNAE, estendendo para compra pelos restaurantes populares, equipamentos culturais, unidades de saúde, cerimonial e eventos, entre outros órgãos oficiais.	Estabelecer critérios que facilitem a participação de pequenos agricultores e produtores locais nos processos de licitação pública. Incentivar a produção agrícola de agricultores com técnicas sustentáveis estabelecendo programas permanentes de assistência técnica e extensão rural.	FUNDO VER-0-SOL
Realizar estudos perante a Instituição competente sobre a inclusão para participação oficial da Cultura alimentar, da agricultura familiar de base agroecológica de grupos de vulnerabilidade social no Comitê Belém Cidades Criativas da Gastronomia	Realizar formação e regularização para os responsáveis por esses representantes. Incluir representação obrigatória de agricultores de base agroecológica, PCTs e grupos em vulnerabilidade e PCDS nas comissões de avaliação de projetos referentes a cultura alimentar, soberania alimentar e afins.	Registrar e acompanhar a divulgação e operacionalização das atividades.	Monitoramento permanente das inclusões e das atividades realizadas. PPA, LDO e LOA COPSAN SETUR, FUNBEL,
Criar programa para formação em sócio bioeconomia, economia solidária, clima, sociobiodiversidade, eco gastronomia, cozinhas solidárias.	Incentivar o consumo de alimentos locais, da sociobiodiversidade e da produção agroecológica e orgânica. Estabelecer parcerias com Instituições de ensino superior	Registrar a criação desses locais e o consumo e destinação da produção de alimentos. Divulgar em mídias sociais a importância dos novos locais	Monitoramento final das inclusões dos agentes nos espaços de cultura alimentar local. PPA, LDO e LOA CODEM, COPSAN, SETUR, FUNBEL, EGP, IES

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

EIXO 4

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Desafios	Objetivos	Ações	Metas	Monitoramento	Responsáveis/ Parceiros	Orçamento
Garantir a manutenção sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos	Garantir saúde ambiental do município.	Realizar eventos de mobilização popular para conscientização política do esforço coletivo da limpeza urbana.	Realizar 1 evento por semestre até 2027.	Número de eventos realizados e público alcançado.	SEMMA SESAN COPSAN SEMEC SESMA	Municipal
Estimular a economia reversa do açai	Fortalecer a biossocio economia do açai	Capacitações sobre o reaproveitamento dos caroços de açai	Realizar 1 capacitação por mês até 2027	Número de cursos e oficinas realizados	COPSAN SEMMA SESAN	Municipal
Promover a conscientização ambiental sobre resíduos sólidos e destino do lixo.	Reduzir a contaminação de água e solo.	Campanhas de educação ambiental	Realizar campanha anual de Educação Ambiental	Número de material distribuído.	SEMMA SESAN COPSAN SEMEC SESMA	Municipal
Garantir o cumprimento de medidas compensatórias prioritariamente destinadas a soberania alimentar;	Fomentar projetos e programas de comunicação e comercialização para a cadeia produtiva agroecológica e orgânica, com cuidados desde embalagem, logística adequada, destinação de resíduo e divulgação onde os produtos comercializados devem ser acompanhados de material descritivo sobre a sua origem e comunidade;	Elaboração de materiais educativos para serem distribuídos nos espaços de gestão municipal. Garantir destinação de bens e produtos confiscados pelo poder público para fins de soberania alimentar. Destinação de parte de multas socioambientais e arrecadação de impostos e de multas industriais de agrotóxicos e químicos similares e de transgênicos serem destinada a Cultura Alimentar e produção agroecológica como medidas mitigadoras aos danos provocados; Garantir que recursos advindos de pagamentos por serviços ambientais (PSA) sejam destinados a programas e ações alinhados a soberania alimentar, com gestão protagonizada por PCTs de comunidades locais;	Distribuir cartazes em todos os prédios públicos de Belém. Acompanhar bens e produtos confiscados Definir instituições, programas e serviços como prioridades para receber as medidas compensatórias .	Monitoramento dos recursos adquiridos de bens	SEMMA, SECON, SESMA, SEFIN, e LOA	PPA, LDO e LOA
		Isentar de tributos municipais espaços da cultura alimentar adequadamente				

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

Garantir que recursos advindos para a Amazônia, para o desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, conservação e diversidade cultural sejam destinados para políticas de soberania alimentar e garantias do DHANA;

reconhecidos - pontos de cultura, UTT/potmas e outros povos originários e povos e comunidades tradicionais de e agricultura familiar de base agroecológica e perdoar as dívidas municipais do período da pandemia (2020 até 2023).

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

EIXO 5

SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Desafios	Objetivos	Ações	Metas	Monitoramento	Responsáveis/ Parceiros	Orçamento
Garantir o acesso ao açaí em quantidade e qualidade para toda população, em especial a de maior vulnerabilidade sócio econômica.	Assegurar o DHAA e a soberania alimentar, considerando a dimensão da cultura alimentar local	Ampliação dos investimentos em recursos humanos e infraestrutura da Casa do Açaí Garantir o fornecimento de açaí na Alimentação escolar, restaurantes populares. Desenvolver projetos e programas municipais assistencialistas para o acesso ao açaí pela população em maior vulnerabilidade sócio econômica.	Aumentar em 30% o número de funcionários até 2026. Oferecer até 2026 açaí nas refeições pelo menos 1x na semana. Desenvolvimento e apresentação do projeto até 2027	Acompanhamento dos processos licitatórios e de contratação Acompanhamento dos processos de aquisição e fiscalização da distribuição	SESMA SEGEF SEDAP COMSEAN Belim COMSEAN Belim Banco do Povo FUNPAPA FMAE Banco do Povo UFPA	
Fortalecer o Sistema Alimentar de povos tradicionais e POTMAS	Promover a regularidade da produção e escoamento das redes e cadeias dos alimentos produzidos por comunidades tradicionais e POTMAS	Criar cooperativas, e agilizar o processo de escoamento e comercialização dos gêneros produzidos pelas comunidades Garantir a Rota do Bode, respeitando as práticas religiosas dos POTMAS Incluir nos temas de Educação Alimentar e Nutricional as práticas e saberes da cultura alimentar dos POTMAS.	Diagnóstico de produção originada de comunidades POTMAS até 2025 Desenvolver projeto para regularização da Rota do Bode até 2025.	Número de comunidades produtoras, quantidade e tipo de produção. Número de cooperativas criadas. Número de projetos apresentados Atualização e avaliação dos temas abordados.	COANT SECON FUNPAPA COPSAN SEMEC COANT SEMEC COPSAN UFPA	Municipal Municipal, Federal

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

	COANT SEMEC UFPA CECANE	SECOM, FUMBEL, FUNDO VER O SOL, FUNPAPA, SETUR, COPSAN e LOA
<p>Valorizar e reconhecer o legado de povos africanos, indígenas, guardiões e guardiãs, mestre e mestras da cultura alimentar e da sociobiodiversidade.</p>	<p>Estimular práticas culturais, fazeres e saberes das diferentes tradições culinárias para preservação da identidade e memória alimentar.</p> <p>Incentivar a preservação do patrimônio genético e das sementes crioulas no município de Belém</p> <p>Incluir apresentações e atividades das culturas alimentares em eventos e agendas públicas.</p>	<p>Monitoramento permanente da produção dos espaços e destinação da colheita para grupos em vulnerabilidade social</p>
<p>Criar lei municipal para nortear ações direcionadas a guarda dos saberes dos povos guardiões da cultura alimentar.</p> <p>Realizar o estudo etnográfico para identificação e registro dos povos guardiões de saberes.</p> <p>Reconhecer e certificar de cultura alimentar e da agroecologia com base nas métricas adequadas as práticas culturais locais.</p> <p>Certificar os espaços que utilizam o mínimo de 95% de ingredientes agroecológicos e /orgânicos e que não utilizem produtos açucarados e ultraprocessados.</p> <p>Registrar e acompanhar a divulgação do catálogo de fichas técnicas das preparações a serem oferecidas no espaço .</p> <p>Estabelecer bancos de sementes crioulas em instituições públicas, incluindo técnica de plantio, colheita e armazenamento de sementes.</p> <p>Desenvolver e implementar políticas municipais de incentivo ao uso e conservação das sementes crioulas, garantindo seu reconhecimento e proteção legal.</p> <p>Incluir de Mestres, Mestras, Griôs, Pensadores Tradicionais, orgânicos e populares como professores nas instituições formais de ensino da educação básica a superior e técnicos e profissionalizantes. A começar pela Escola de Gastronomia da FUNBOSQUE.</p> <p>Realizar formações em curadoria para cultura alimentar e agroecologia, oficinas, performances.</p> <p>Viabilizar ampla divulgação audiovisual e mídias com financiamento da PMB, além dos espaços para comercialização e apresentações.</p>	<p>Implantar 02 espaços em cada distrito administrativo de Belém</p> <p>Acompanhar se 100% das preparações são artesanais e 90% de preparações alimentares locais</p>	<p>SECOM, FUMBEL, FUNDO VER O SOL, FUNPAPA, SETUR, COPSAN e LOA</p>

1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém 2024-2027

<p>Integrar temáticas de Soberania Alimentar e Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) em programações audiovisuais e virtuais com enfoque na transversalidade.</p>	<p>Inclusão de apresentações e atividades das Culturas Alimentares nas programações, eventos e agendas públicas. Seja em cursos e oficinas, formação em curadoria para cultura alimentar e agroecologia, performances, instalações, audiovisual, espaços de comercialização custeados pelo poder público, e espaços para casa de farinha, mini- hortas, trocas de sementes e afins.</p>	<p>Inclusão da Cultura Alimentar nas políticas do SUAS a fim de garantir atendimento adequado a diversidade da população.</p> <p>Incluir no currículo escolar de temas de combate ao racismo socioambiental e alimentar, temas das culturas alimentares e sociobiodiversidade, e soberania alimentar e DHANA e práticas da pedagogia da alternância, práticas de educação popular e de PCTs relativas a soberania alimentar;</p>
<p>Incluir diálogos transversais sobre saúde, educação, território, mudanças climáticas, gênero, raça, vulnerabilidade social e diversidade cultural;</p>	<p>instalações, audiovisual, espaços de comercialização custeados pelo poder público, e espaços para casa de farinha, mini- hortas, trocas de sementes e afins.</p>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é um direito universal e inalienável. Espera-se que deste PMSAN, sejam realizadas, na prática, as ações propostas nos 5 EIXOS, para que o município de Belém se torne um modelo nas Políticas de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo assim o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável e a Soberania Alimentar e Nutricional em todas as suas dimensões, para sua população.

Neste sentido, reforçamos a importância do compromisso de Agenda Pública pelo poder executivo municipal, e o fortalecimento da intersetorialidade por todos os atores envolvidos, essencialmente a sociedade civil.

A promoção de SAN é um dever de todos, por todos e para todos.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO COMITÊ RIO DA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA. Agenda Betinho, Combater a fome e garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/agenda-betinho>> Acesso em 01/07/24.

ATARXO, P. Mudanças Climáticas Caminhos para o Brasil: a construção de uma sociedade minimamente sustentável requer reforços da sociedade com colaboração entre a ciência e os formuladores de políticas públicas. Ciência e Cultura, vol. 74, n. 04, 2022.

BELÉM. Lei Nº 9.995, de 19 de janeiro de 2024. Institui o novo Sistema Municipal de Educação do Município de Belém - SME, e dá outras providências. Belém, PA: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2024/1000/9995/lei-ordinaria-n-9995-2024-institui-o-novo-sistema-municipal-de-educacao-do-municipio-de-belem-sme-e-da-outras-providencias>> Acesso em 01/07/24.

BRASIL. DECRETO Nº 11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 2023. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano a alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: DF, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm> Acesso em: 01/07/24.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. Situação alimentar e nutricional no Brasil: excesso de peso e obesidade da população adulta na Atenção Primária a Saúde. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atlas_situacao_alimentar_nutricional_populacao_adulta.pdf>. Acesso em: 06/06/2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Departamento de Apoio a Aquisição e a Comercialização de Produção Familiar (DECOM). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea, Operação por Meio de Termo de Adesão. Versão 1.0. Fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil, 2023

BRASIL. LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Mudanças climáticas põem em risco a segurança alimentar da população em 62% dos municípios da Amazônia Legal e região i a mais afetada do país, 2023. Disponível em: <<https://adaptabrasil.mcti.gov.br/not%C3%ADcias>>. Acesso em 01/07/24.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_doencas_cronicas_agravos_2021_2030.pdf>. ISBN 978-65-5993-109-5> Acesso em 01/07/24.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. "República Federativa do Brasil. Estado: Pará. Município: Belim. Relatório Anual de Gestão (RAG) / DIGISUS / MS. SESMA / Belim. Ano 2022." Belim-PA, 2023. Disponível em: https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Relatorio-Anual-de-Gestao_SESMA_2022.pdf. Acesso em: 14.06.2024

BORMA, L. D. S.; NOBRE, C. A. Secas na Amazônia - causas e consequências. 1. ed. Oficina de Textos, 2013.

BROWN, F.; DRIVER, S. R.; BRIGGS, C. A. The Brown Driver Briggs Hebrew and English Lexicon. Hendrickson Publishers.

CAMPOS, B.M; LANNER, M. B. Reagindo à crise climática: potenciais contribuições do Sistema Financeiro Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional. Scientific Journal ANAP, v 01, n. 06, 2023.

CHACON, F.M.N. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: trajetória, íxito e desafios (2003- 2022). 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino Americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CHAVES, T.A.P.V. Plano de Urbanização de Belém: cidade e turismo na década de 1940. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FIGUEIREDO, R.V. Segurança Alimentar e Nutricional na Cultura do Açaí. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2019.

Formalmente oficializada, Belém (PA) e o Brasil se preparam para a COP 30, em 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/formalmente-oficializada-belem-pa-e-o-brasil-se-preparam-para-a-cop-30-em-2025>> Acesso em 01/07/24.

FRANCO, J. G. et al. Insegurança alimentar, consumo alimentar e estado nutricional de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ciência & Saúde, v. 12, n. 3, 2019. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/32907>>. Acesso em: 06/06/2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 21/05/2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segurança Alimentar, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 21/05/24.

JAIME, P. C.; RAUBER, F. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). In Políticas públicas de alimentação e nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu; 2019.

MIRANDA, Thales Barroso. A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belim. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belim, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/13873>. Acesso em: 02/07/2024

NEVES, I. D. S. Mairi a terra de maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belim. 7 ed. Rio de Janeiro: Policromias revista do discurso, imagem e som. 178-205 pp, 2022.

PEREIRA, I.S.O. Relação entre insegurança alimentar, ansiedade e qualidade de vida em mulheres de baixa renda de Belim, Pará. 2023. Dissertação (Mestrado em Neurociências e Comportamento) – Núcleo de Teoria e Pesquisa do Pará, Universidade Federal do Pará, Belim, 2023.

PEREIRA, C. S. Das origens da Belim seiscentista e sua herança Tupinambá. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento (10): 146-160. ISSN 2448-0959, 2020.

Portal da Transparência. Disponível em: <<https://portaltransparencia.bsme-e-da-outras-pelem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/>> Acesso em 01/07/24.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: Inquirito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid 19 no Brasil. 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 27/05/24.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-IVIGISAN-2022.pdf>.

Acesso em: 27/05/24.

Rede municipal de ensino debate sobre avanços e desafios do Programa Escolas em Tempo Integral. Disponível em <<https://semec.belem.pa.gov.br/rede-municipal-de-ensino-debate-sobre-avancos-e-desafios-do-programa-escolas-em-tempo-integral/>>. Acesso em 01/07/24.

RODRIGUES, G. F.; SANTANA, A.G.; SHINOHARA, N.K.S. O retorno do CONSEA e as perspectivas para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil em 2024. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana. V. 22, n. 4, 2024.

Rumo a COP 30. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>> Acesso 01/07/24.

SEGALL-CORREA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Alimentação e educação II, Estudos Avançados*, 2007; v. 21, n.60, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200012>. Acesso em: 27/05/24.

SERPA, Camila Munafó. FATORES ASSOCIADOS AO NÍVEL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO E ESTADO DE SÃO PAULO E NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR. 2021. 129 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Ciências Farmacéuticas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, C. N.; ROCHA, G. D. M.; DA SILVA, J. M. P. O espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais (PDF). Col: Pós Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). [S. l.]: GAPTA UFPA (Grupo sobre Território e Meio Ambiente na Amazônia). ISBN 9786586640045. Resumo divulgativo, 2020.

Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquirito telefônico. Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2023.pdf. Acesso em: 06/06/24.

ANEXO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-COMSEAN BELÉM DO PARÁ.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte quatro, reuniram-se em caráter extraordinário os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Belém, Estado do Pará, em reunião extraordinária, sito na Coordenadoria de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belém localizada na travessa quatorze de abril onze vinte sete, bairro de são brás, iniciando às quatorze horas e trinta minutos obedecendo a segunda chamada de convocatória às quinze horas e deliberando a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação e aprovação do primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Belém do Pará; 2) O que ocorrer! A reunião foi presidida pela Senhora Gracieth Nascimento, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém, a qual fez uma sinopse dos avanços de Segurança Alimentar e Nutricional em Belém do Pará durante o governo do Prefeito Edmilson Rodrigues no período de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte quatro até o dia presente desta reunião, após passou a palavra para a professora Dra. Merilene Silva Costa, que possibilitou fazer um esclarecimento do contexto do material apreciado naquele momento pelos conselheiros, no ato seguinte tivemos a palavra da senhora Dra. Carmem Brandão fazendo um histórico de vivência cronológica, sobre a atuação do sistema de segurança alimentar e nutricional com aproximadamente trinta anos de espera pelos municípios de Belém do Pará, para a efetivação desse feito tão importante, muitos agradecimentos foram colocados pelos conselheiros ao grupo de trabalho, pela constante dedicação na construção do Plano, pela iniciativa da câmara municipal intersetorial de segurança alimentar e nutricional, que trouxe representações do conselho municipal de segurança alimentar e nutricional como indicadores de apresentação dos anseios da sociedade civil organizada no tema afim. Por fim tivemos o encaminhamento feito pela Presidente Gracieth Nascimento para que se iniciasse o regime de votação para aprovação do Primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o que foi concordado por unanimidade, após tivemos no que ocorrer a justificativa da ausência registrada que o conselheiro José Maria Lopes Oeiras, o qual estava participando do evento G20 em Belém do Pará no mesmo horário da reunião e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião extraordinária, a senhora Merilene Silva Costa secretária geral do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém do Pará, foi a responsável pela lavratura da presente Ata da reunião presidida pela presidente do COMSEAN Belém senhora Gracieth do Nascimento, a qual assinou esta Ata.

Belém 31 de outubro de 2024.

Gracieth Nascimento Souza
Presidente do COMSEAN BELÉM

Merilene Silva Costa
Secretária Geral do COMSEAN BELÉM